

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da

Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Brasília, 2012

FICHA TÉCNICA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e contribui para o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil.

O objetivo deste relatório é sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.

Coordenação Técnica da Pesquisa

Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea

Igor Ferraz da Fonseca – Ipea

Redação

Isadora Cruxên – Ipea

Raquel Meirelles – Ipea

Equipe Técnica

Alexander Cambraia Nascimento Vaz – Ipea

Fábio de Sá e Silva – Ipea

Felix Garcia Lopez – Ipea

Gregório Bueno Benevides Rodrigues Moraes – Secretaria Geral/Presidência da República

Mateus Galetti de Araújo – Secretaria Geral/Presidência da República

Roberto Rocha C. Pires – Ipea

Uriella Ribeiro – Ipea

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	10
3 O CNDI – CONTEXTUALIZAÇÃO	12
4 DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS NA PESQUISA IPEA/CNDI.....	17
5 QUESTÕES ABERTAS	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE.....	44
REFERÊNCIAS	47
ANEXO I	48

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Situação dos conselheiros no conselho
- Gráfico 2 – Setor de representação
- Gráfico 3 – Sexo dos conselheiros
- Gráfico 4 – Cor/raça dos conselheiros
- Gráfico 5 – Escolaridade dos conselheiros
- Gráfico 6 – Religião ou culto dos conselheiros
- Gráfico 7 – Faixa etária dos conselheiros
- Gráfico 8 – Renda familiar média mensal dos conselheiros
- Gráfico 9 – Tempo dos conselheiros no conselho
- Gráfico 10 – Participação dos conselheiros em outros conselhos
- Gráfico 11 – Número total de conselheiros
- Gráfico 12 – Diversidade dos setores representados
- Gráfico 13 – Número de conselheiros em cada setor
- Gráfico 14 – Forma de escolha das entidades com assento no conselho
- Gráfico 15 – Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades
- Gráfico 16 – Interesses prioritários
- Gráfico 17 – Grau de articulação dos conselheiros com os diferentes segmentos que compõem o conselho
- Gráfico 18 – Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
- Gráfico 19 – Frequência de contato com a base de apoio
- Gráfico 20 – Principais formas de contato com a base de apoio
- Gráfico 21 – Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 22 – Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates e deliberações do conselho
- Gráfico 23 – Frequência de contato com a base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
- Gráfico 24 – Frequência de consulta à base de apoio para construir e fortalecer articulações
- Gráfico 25 – Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor
- Gráfico 26 – Influência na agenda do Congresso Nacional
- Gráfico 27 – Influência da atuação do conselho nas políticas pública da SDH/PR
- Gráfico 28 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona
- Gráfico 29 – Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil
- Gráfico 30 – Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
- Gráfico 31 – Compreensão dos assuntos tratados no conselho
- Gráfico 32 – Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
- Gráfico 33 – Avaliação da atuação dos setores do conselho
- Gráfico 34 – Secretaria executiva do conselho
- Gráfico 35 – Meios de divulgação e comunicação utilizados pelo conselho
- Gráfico 36 – Regimento interno e resoluções
- Gráfico 37 – Presidência do conselho
- Gráfico 38 – Plenárias do conselho
- Gráfico 39 – Comissões temáticas do conselho
- Gráfico 40 – Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição geográfica dos conselheiros do CNDI

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Amostra de conselhos e comissões

Quadro 2 – Distribuição dos representantes da sociedade civil no CNDI

Quadro 3 – Composição do CNDI em 2011

Quadro 4 – Distribuição dos conselheiros por cidade e UF

Quadro 5 – Atuação em conselhos fora do CNDI

Quadro 6 – Resumo do perfil dos conselheiros do CNDI

Quadro 7 – Pontos fortes do CNDI

Quadro 8 – Sugestões de melhorias na atuação do CNDI

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

Diest – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OMS – Organização Mundial de Saúde

PNI – Política Nacional do Idoso

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SEDH/PR – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

1 INTRODUÇÃO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República, estabeleceu o tema da participação social e do diálogo com a sociedade como central em sua agenda de estudos. Dado o recente fortalecimento das relações entre sociedade civil e Estado, por meio da ampliação e diversificação dos canais de participação – tais como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas, ouvidorias –, o instituto considera fundamental conhecer estes espaços democráticos a fim de contribuir na criação de condições para seu aprimoramento.

Os conselhos de políticas públicas, aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo, têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas. São constituídos em âmbito, estadual e municipal. Além disso, permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política.

Hoje existem conselhos nas diversas áreas de políticas públicas e níveis da Federação. Este relatório compõe a série *Conselhos nacionais – perfil, atuação e visão dos conselheiros*, integrante do projeto *Institucionalização da participação social no Brasil* conduzido pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, e se propõe a estudar os conselhos de âmbito nacional. O número destes conselhos aumentou consideravelmente desde o início da década de 1990. Se entre 1930 e 1989 foram criados cinco conselhos nacionais, de 1990 a 2009 foram criados 26 conselhos nacionais (IPEA, 2010), fato diretamente relacionado à difusão da ideia de participação nas políticas públicas pós-Constituição de 1988. Como consequência, a quantidade de cidadãos que passaram a participar da construção das políticas por meio destes espaços é significativa, o que requer mudanças na forma de o Estado gerir as políticas públicas, mudanças que pressupõem, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa destes espaços e como funcionam.

Os objetivos da pesquisa, na tentativa de criar subsídios para a compreensão do funcionamento dessas instituições, são:

- traçar o perfil dos conselheiros dos conselhos nacionais de políticas públicas;
- analisar como avaliam sua própria atuação;
- investigar como avaliam o trabalho do conselho; e
- investigar como percebem a influência do conselho.

Utilizou-se, para alcançar esses objetivos, um questionário padrão (anexo A), aplicado em 21 conselhos nacionais e em três comissões cujas características similares às dos conselhos permitiram sua inclusão na amostra. O questionário foi elaborado em função dos objetos de análise citados: perfil, atuação, avaliação de estruturas e avaliação de impactos.

Este relatório contém a sistematização das respostas dos conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). Tais informações constituem um diagnóstico do conselho na visão de seus próprios conselheiros. Os relatórios, que também serão entregues a outros conselhos, têm por finalidade oferecer informações básicas que contribuam para o aperfeiçoamento do processo democrático e decisório no colegiado.

As seções seguintes do relatório são constituídas por:

- descrição da metodologia da pesquisa e das atividades realizadas;
- contextualização do CNDI, com breve histórico do conselho, seguido da descrição de suas competências, composição, estrutura e ferramentas de atuação junto às políticas públicas;
- descrição dos dados coletados por meio do questionário padrão – questões fechadas e abertas; e
- considerações finais e algumas questões para debate identificadas a partir das respostas dos conselheiros com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e fortalecimento do processo decisório e participativo do conselho.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira fase consistiu em coletar e sistematizar informações sobre os principais conselhos de âmbito nacional por meio de aplicação de questionário padrão estruturado com 28 questões (anexo A), divididas em três blocos: bloco I – perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros; bloco II – forma de atuação do conselheiro; e bloco III – funcionamento do conselho.

O objetivo da primeira fase, da qual este relatório é o produto final, foi analisar separadamente cada conselho nacional e apresentar aos conselheiros um relatório descritivo contendo as informações específicas do conselho do qual fazem parte. Cada um dos conselhos em que foi possível a aplicação do questionário em uma quantidade significativa de conselheiros – mais de 50% do número de questionários em relação ao número de titulares no conselho – receberá de volta um relatório como este, contendo a descrição das informações coletadas.

A segunda fase tem por objetivo analisar, de forma agregada e comparada, os 21 conselhos e três comissões que compõem a amostra da pesquisa (quadro 1). A ideia é fornecer um diagnóstico inédito e abrangente sobre os conselhos nacionais de políticas públicas. Este diagnóstico será constituído pela análise do perfil dos conselheiros nacionais; pela identificação de características do funcionamento destas instituições que podem influenciar na eficiência e eficácia democrática; e, por fim, pela avaliação do papel e da influência dos conselhos nacionais nas políticas públicas brasileiras.

Os conselhos e as comissões que compõem a amostra foram selecionados de acordo com critérios específicos, já expressos anteriormente pelo Ipea (2010, p. 572), quais sejam:

- conselhos considerados centrais em suas áreas de políticas públicas – excluem-se, assim, os conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas, como conselhos curadores e conselhos gestores de fundos, ou de administração de programas que compõem políticas mais amplas, e os conselhos políticos;
- conselhos que tenham necessariamente a presença de sociedade civil em sua composição; e
- conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla – decreto presidencial ou lei promulgada pelo congresso.

A partir dos critérios selecionados, 27 conselhos nacionais e três comissões foram incluídos nesta pesquisa. A aplicação dos questionários ocorreu com sucesso em 21 conselhos e três comissões (quadro 1). Não foi possível a aplicação dos questionários nos seguintes conselhos: Conselho Nacional de Educação; Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional do Esporte; Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Por fim, foram obtidas 707 respostas de conselheiros e 60 de membros de comissão, totalizando 767 questionários respondidos.

QUADRO 1
Amostra de conselhos e comissões

Sigla	Conselho	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	13	6
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18	19
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	30	29
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	28	16
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	44	17
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária	Ministério do Trabalho e Emprego	56	34
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural	Ministério da Cultura	52	25
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30	19
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista	Ministério da Justiça	35	16
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial	44	34
CNPS	Conselho Nacional da Previdência Social	Ministério da Previdência Social	15	15
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Ministério do Meio Ambiente	57	47
CNS	Conselho Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	48	62
CNT	Conselho Nacional de Turismo	Ministério do Turismo	69	43
Conade	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	38	23
Conaeti	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Ministério do Trabalho e Emprego	31	25
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente	106	79
Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	29	24
Conape	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Ministério da Pesca e Aquicultura	54	35
CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública	Ministério da Justiça	48	36
Concidades	Conselho das Cidades	Ministério das Cidades	86	55
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	28
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude	Secretaria Geral da Presidência da República	60	40
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	57	40

Fonte: Dados desta pesquisa.

No CNDI, os questionários foram aplicados durante a reunião ordinária realizada no dia 27 de agosto de 2010, na sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília. Os questionários foram entregues aos conselheiros no início da reunião e foi feito um informe sobre sua aplicação e sobre os objetivos da pesquisa. O recolhimento ocorreu ao término da reunião. Dezesesseis conselheiros responderam ao questionário, entre titulares e suplentes, o que corresponde a aproximadamente 57% do total de 28 cadeiras do CNDI. Uma observação mais detalhada da distribuição da amostra segundo situação no conselho, se titular ou suplente (gráfico 1), e segundo setor de representação (gráfico 2), é feita na seção 4 deste relatório.

Os questionários, depois de coletados, foram tabulados e incluídos em banco de dados com o auxílio do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), o qual servirá posteriormente para efetuar as análises comparativas entre conselhos. A tabulação dos dados constitui a principal fonte das informações e conclusões apresentadas neste relatório descritivo. Além disso, foi feita uma caracterização do conselho utilizando trabalhos que abordaram a temática do CNDI e a legislação do conselho.

3 O CNDI – CONTEXTUALIZAÇÃO

O CNDI é um órgão superior de natureza e deliberação colegiada, permanente e deliberativo, integrante da estrutura regimental da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). O CNDI foi criado pelo Decreto nº 4.227, de 13 de maio de 2002, inicialmente com caráter consultivo e sem paridade entre o número de representantes do Estado e o de representantes da sociedade civil. A paridade veio apenas com o Decreto nº 4.287, de 27 de junho do mesmo ano.

3.1 Breve histórico

O envelhecimento, processo natural pelo qual os indivíduos passam ao longo da vida, tem adquirido crescente relevância política nos últimos anos, sobretudo nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define como idosa a pessoa que possui 65 anos ou mais, em países considerados desenvolvidos, e acima de 60 anos, em países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O Brasil é enquadrado entre os países da segunda categoria.

Dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam uma tendência de crescimento da população idosa no país. Em 2000, o número de pessoas com mais de 60 anos era superior a 14,5 milhões, contra 10,7 milhões em 1991 (IBGE, 2002). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 também mostram o aumento da população na faixa etária acima de 60 anos recentemente: em 2004 ela correspondia a 9,7% da população residente do país, ao passo que em 2006 eram 10,2%, e em 2009 já eram 11,3% (IBGE, 2009). Estima-se que até 2025 a população de idosos no Brasil poderá alcançar ou mesmo ultrapassar a cifra dos 30 milhões de pessoas, o que representaria cerca de 13% da população (MENDES *et al.*, 2005). Alguns fatores

poderiam ser apontados como essenciais para o envelhecimento da população brasileira: a redução das taxas de natalidade e da taxa de mortalidade infantil, bem como os avanços tecnológicos relacionados à área de saúde (MENDES *et al.*, 2005; SILVA, 2005).

Mais que uma questão etária, no entanto, o envelhecimento deve ser compreendido como um fenômeno social complexo, que envolve questões econômicas, sociais e políticas. Entender o envelhecimento desta maneira é importante para que se levem em conta as diversas faces do processo, assim como as implicações diferenciadas que este possui dada sua inter-relação com outras variáveis de estratificação social, como renda, raça/etnia e gênero. Segundo Marina da Cruz Silva, a compreensão do fenômeno deve ser ampla, portanto, para que “se possa perceber de forma mais nítida as consequências, mudanças, desafios e perspectivas que esse processo traz consigo e quais as medidas e as políticas sociais que devem ser adotadas diante desse (...) fenômeno” (SILVA, 2005, p. 43-44).

Muitos idosos vivem em situação de abandono ou são vítimas de maus-tratos – praticados, muitas vezes, por seus próprios familiares. Estas condições são agravadas no caso de idosos que integram grupos sociais historicamente marginalizados, como pobres, negros e mulheres. Tendo em vista estes aspectos, é importante a formulação de estratégias e a implementação de benefícios que, além de levarem em conta as diferenças internas deste segmento, contemplem serviços e programas voltados para a promoção dos direitos humanos dos idosos. Mais que isso, deve-se incentivar mudanças de valores em relação a este grupo etário, especialmente no que se refere à imagem negativa de fragilidade, dependência e perda de utilidade social em geral associada aos idosos (SILVA, 2005).

No Brasil, antes da Constituição de 1988 poucas foram as iniciativas legais que versassem sobre o amparo aos idosos e a garantia de seus direitos, uma vez que até então esta problemática ainda era pouco visível em uma sociedade percebida como jovem (MENDES *et al.*, 2005; SILVA, 2005). Em 1994, um desenvolvimento importante no sentido da inclusão social do idoso foi a elaboração da Política Nacional do Idoso (PNI), criada pela Lei nº 8.842/1994 e regulamentada pelo Decreto nº 1.948/1996. A PNI cria um sistema legislativo de proteção às pessoas idosas – assim considerados os indivíduos acima de 60 anos –, estabelecendo direitos sociais, garantia de autonomia, integração e participação dos idosos na sociedade, como instrumento próprio de cidadania. Outro processo importante foi a aprovação do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), em setembro de 2003, que tramitava há sete anos no Congresso. O estatuto dispõe de 118 artigos e traz importantes inovações com relação às garantias de direitos e benefícios aos idosos.

Também por meio da Lei nº 8.842/1994 que estabeleceu o PNI, houve a criação do Conselho Nacional do Idoso. Este conselho teria como objetivo viabilizar o convívio, a integração e a ocupação do idoso na sociedade, mediante sua inclusão no processo de formulação de políticas públicas destinadas a seu grupo social. A referida lei continha oito artigos que tratavam da regulamentação do conselho, mas sua criação acabou sendo adiada. Em 1996 esta lei foi regulamentada por meio do Decreto nº 1.948, que tornou responsabilidade do Ministério da Previdência e Assistência Social a coordenação das ações relativas à PNI.

Seis anos depois foi criado, na estrutura básica do Ministério da Justiça, o CNDI, por meio do Decreto nº 4.227/2002. O conselho foi inicialmente instituído com caráter consultivo e sem paridade. Posteriormente por meio do Decreto nº 4.287/2002, a paridade foi estabelecida e o CNDI passou a ser composto por vinte conselheiros: dez representantes da sociedade civil organizada e dez representantes do poder público. A primeira nomeação dos conselheiros do CNDI representantes da sociedade civil organizada aconteceu no dia 6 de setembro de 2002, e a primeira reunião ordinária realizou-se no dia 1º de outubro desse mesmo ano.

Em 2004, o Decreto nº 5.109 classificou o conselho como órgão de caráter deliberativo integrante da estrutura regimental da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). Este decreto também ampliou a composição do conselho, que passou a ter 28 membros divididos igualmente entre representantes das instituições governamentais e das instituições da sociedade civil organizada. Em 2009, a PNI passou a fazer parte das competências da SEDH/PR, por meio do Decreto nº 6.800. Vale lembrar que a SEDH/PR adquiriu *status* de ministério no ano de 2010. Atualmente, é denominada Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e possui como um de seus órgãos colegiados de caráter permanente o CNDI.

Observa-se que, do ponto de vista da normatização legal, o idoso é bem protegido no Brasil. No entanto, permanece o desafio de conseguir que estas normas sejam seguidas e os direitos dos idosos implementados. Deve-se trabalhar para que a velhice não seja vista como uma etapa menos importante da vida e para que os idosos sejam de fato incluídos na vida social, cultural, política e econômica. Conforme observa Silva (2005), é necessário que os idosos sejam incluídos nas decisões sobre a sociedade e sobre sua vida diária. O CNDI é, nesse sentido, uma importante esfera de qualificação do debate sobre os temas concernentes aos direitos humanos dos idosos. Além disso, constitui um espaço de ação para a garantia da acessibilidade e da inclusão do idoso, fiscalizando o processo de aplicação de seus direitos e atuando no enfrentamento à violência contra os idosos.

3.2 Finalidades e competências

O CNDI, como parte da estrutura da SDH/PR, tem como principal competência elaborar as diretrizes para a formulação e implementação da PNI, em conformidade com a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso. Cabe ao conselho, ainda, controlar e fiscalizar as ações de execução do plano. De acordo com o seu regimento interno (BRASIL, 2008), também são competências do CNDI:

- contribuir para o aperfeiçoamento da legislação pertinente à PNI e zelar pelo cumprimento de acordos e convenções internacionais relativos aos idosos e ao envelhecimento da população;
- apoiar os conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal de defesa dos direitos do idoso e incentivar a criação de novos conselhos do gênero em diferentes níveis;
- avaliar a política desenvolvida em nível municipal, estadual e nacional;

- acompanhar o reordenamento institucional, propondo modificações nas estruturas públicas e privadas de atendimento ao idoso sempre que necessário;
- promover campanhas educativas sobre os direitos do idoso; e
- acompanhar a elaboração e a execução das propostas orçamentárias da União indicando modificações pertinentes para que sejam respeitados os direitos do idoso.

Ademais, entre as responsabilidades do conselho está a promoção de parcerias com organizações governamentais e não governamentais para elaborar um sistema de indicadores e assim monitorar as atividades de atendimento ao idoso. O CNDI também se compromete a promover estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados dos programas e projetos destinados à população idosa desenvolvidos pela SDH/PR. Por fim, também assume o compromisso de ampliar e estimular os mecanismos de participação e controle social que objetivam a garantia e a efetividade dos direitos do idoso.

3.3 Composição

O CNDI é composto por 28 conselheiros titulares e 28 suplentes. O colegiado é formado por 14 representantes de instituições da sociedade civil organizada e 14 representantes do poder executivo federal. O regimento interno do CNDI, aprovado pela Resolução nº 15, de 21 de junho de 2008, subdivide os representantes da sociedade civil em oito segmentos. O número de cadeiras ao qual cada um destes tem direito difere. O quadro 2 mostra esta divisão.

QUADRO 2
Distribuição dos representantes da sociedade civil no CNDI

Segmento da sociedade civil	Número de assentos no conselho
Organizações de trabalhadores Organizações de empregadores Órgãos fiscalizadores de exercício profissional Organizações de aposentados	Cada segmento tem direito a um representante, com seu respectivo suplente.
Organizações da comunidade científica Organizações de educação, lazer, cultura, esporte ou turismo	Cada segmento tem direito a dois representantes, com seus respectivos suplentes.
Organizações de defesa de direitos Organizações de assistência social	Cada segmento tem direito a três representantes, com seus respectivos suplentes.

Fonte: Brasil (2008).

A representação da sociedade civil organizada no conselho obedece aos seguintes critérios: a organização representada no conselho não pode ter fins lucrativos, e é necessário que sua atuação se concentre na promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa. As instituições que representam a sociedade civil organizada devem ter necessariamente filiais organizadas em pelo menos cinco Unidades da Federação (UFs) distribuídas em três regiões diferentes do país. Tais instituições são eleitas em assembleia específica, convocada especialmente para esta finalidade.

Os representantes da sociedade civil e do Poder Executivo são indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados pelo secretário de Direitos Humanos da Presidência da República. A duração do mandato dos conselheiros do CNDI é de dois anos, sendo permitida a recondução por igual período. A composição atual do conselho pode ser observada no quadro 3. Os representantes das entidades listadas têm mandato até outubro de 2012.

QUADRO 3
Composição do CNDI em 2011

<p>Poder público federal</p> <ul style="list-style-type: none"> Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República Ministério das Cidades Ministério da Ciência e Tecnologia Ministério da Cultura Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Ministério da Educação Ministério do Esporte Ministério da Justiça Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Ministério da Previdência Social Ministério das Relações Exteriores Ministério da Saúde Ministério do Trabalho e Emprego Ministério do Turismo
<p>Sociedade civil</p> <ul style="list-style-type: none"> Associação Brasileira de Alzheimer (Abraz) Associação Nacional de Gerontologia (ANG) Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep) Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID) Centro Interdisciplinar de Assistência e Pesquisa em Envelhecimento (Ciape) Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) Confederação Nacional do Comércio (CNC) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN) Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Pastoral da Pessoa Idosa Serviço Social do Comércio (SESC) Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)

Fonte: Brasil (2011b).

3.4 Organização

De acordo com seu regimento interno (BRASIL, 2008), o CNDI é composto por plenário, secretaria, comissões permanentes e grupos temáticos. O plenário é o fórum de deliberação conclusiva do conselho e se reúne ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente por convocação do presidente do conselho ou por requerimento da maioria de seus membros.

São responsabilidades da presidência do CNDI: solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamentos sobre temas relevantes e de interesse público; assinar as atas das reuniões; constituir e convocar reuniões; e organizar o funcionamento das comissões permanentes e dos grupos temáticos. As deliberações do CNDI são aprovadas mediante resoluções e cabe à presidência do conselho homologar as resoluções do plenário.

Cabe à SDH/PR promover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do CNDI, das comissões permanentes e dos grupos temáticos. Os recursos orçamentários e financeiros do CNDI devem compor o orçamento SDH/PR, que também se responsabiliza pelas despesas com deslocamentos dos membros do conselho, das comissões permanentes e dos grupos temáticos.

No que se refere às comissões permanentes e grupos temáticos, estes têm como finalidade subsidiar as tomadas de decisão do CNDI no exercício de suas competências. As comissões são de natureza técnica e os grupos temáticos têm caráter transitório. O regimento interno define quatro comissões permanentes, são elas:

- Comissão de Políticas Públicas, Orçamento e Financiamento;
- Comissão de Normas;
- Comissão de Articulação com os Conselhos; e
- Comissão de Comunicação Social.

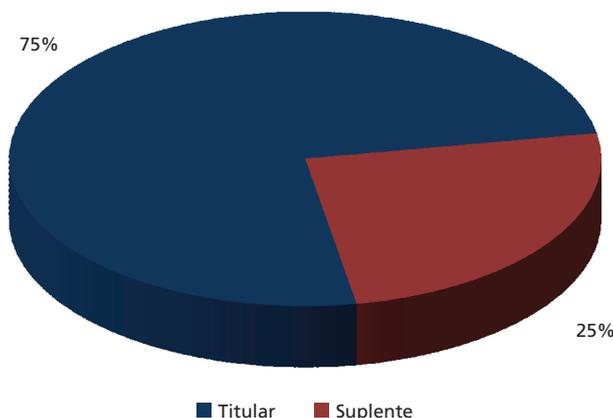
As comissões devem-se reunir pelo menos no dia anterior à data de realização da reunião do plenário para tratar dos assuntos de sua competência e apresentar os resultados no plenário em forma de proposta de resolução. No que se refere aos grupos temáticos, são constituídos por resolução, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos. Sua competência e seu funcionamento são definidos no ato de sua criação.

4 DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS NA PESQUISA IPEA/CNDI

Descrevem-se aqui as informações obtidas por meio da sistematização dos dados coletados com a utilização do questionário (anexo A) no CNDI. A descrição é dividida em três blocos, os quais expressam o perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros, a percepção deles a respeito da forma de atuação dos conselheiros e sua percepção sobre o funcionamento do conselho. As informações são apresentadas na forma de gráficos, seguidos de parágrafos explicativos.

Inicialmente, verificou-se a distribuição do preenchimento do questionário por situação no conselho, ou seja, se titular ou suplente (gráfico 1).

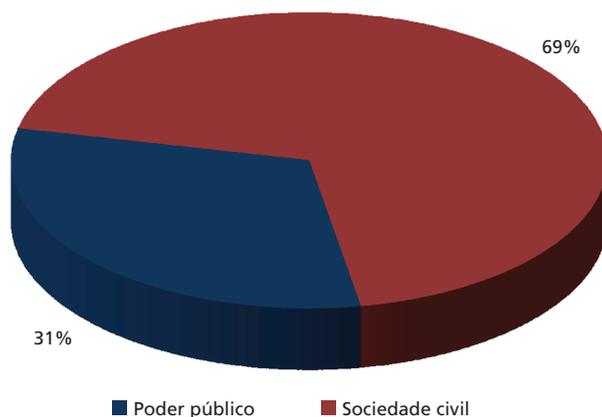
GRÁFICO 1
Situação do conselheiro no conselho



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme se pode observar, 75% dos conselheiros que responderam aos questionários são conselheiros titulares do CNDI, enquanto 25% são suplentes.

GRÁFICO 2
Setor de representação



Fonte: Dados da pesquisa.

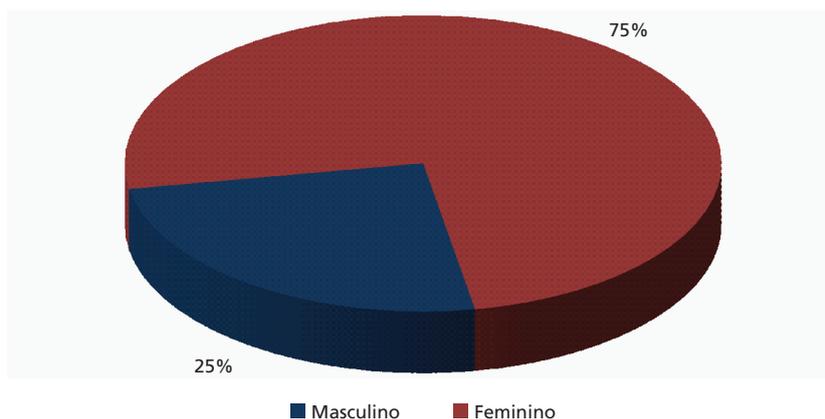
O gráfico 2 oferece a distribuição porcentual dos conselheiros segundo o setor de representação. Entre os conselheiros que compõem a amostra, 69% pertencem à sociedade civil¹ e 31% pertencem a instituições do poder público.

4.1 Bloco I – Perfil dos conselheiros

Esse bloco apresenta o perfil dos conselheiros que participaram da pesquisa. Os dados caracterizam os conselheiros no que se refere a sexo, cor, escolaridade, religião, faixa etária, renda, cidade de residência, tempo que atua como conselheiro e informações sobre possível atuação em outros conselhos.

4.1.1 Distribuição dos conselheiros por sexo

GRÁFICO 3
Sexo dos conselheiros



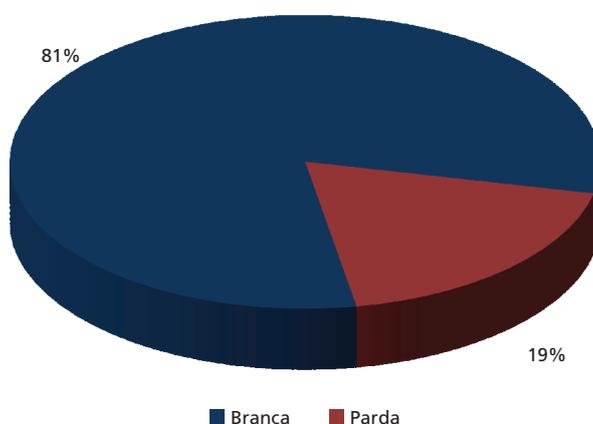
Fonte: Dados da pesquisa.

1. Conforme mencionado na seção sobre a composição do CNDI, a representação da sociedade civil no conselho está segmentada em diferentes setores. Para fins de sistematização, em alguns itens, as respostas dos representantes destes setores foram condensadas sob a categoria mais ampla de sociedade civil.

Conforme o gráfico demonstra, existe uma predominância (75%) feminina entre os conselheiros. Isto diferencia o conselho, instância de democracia participativa, do Congresso Nacional, legítima casa de democracia representativa. Enquanto no CNDI verifica-se a presença de 75% de mulheres contra 25% de homens, no Congresso as mulheres estão significativamente sub-representadas: ocupam menos de 10% das cadeiras – são 43 parlamentares do sexo feminino contra 470 do sexo masculino (BRASIL, 2011a). A representação das mulheres no parlamento brasileiro é bem menos expressiva que no CNDI, no qual a representação feminina supera a masculina.

4.1.2 Conselheiros segundo cor/raça

GRÁFICO 4
Cor/raça dos conselheiros

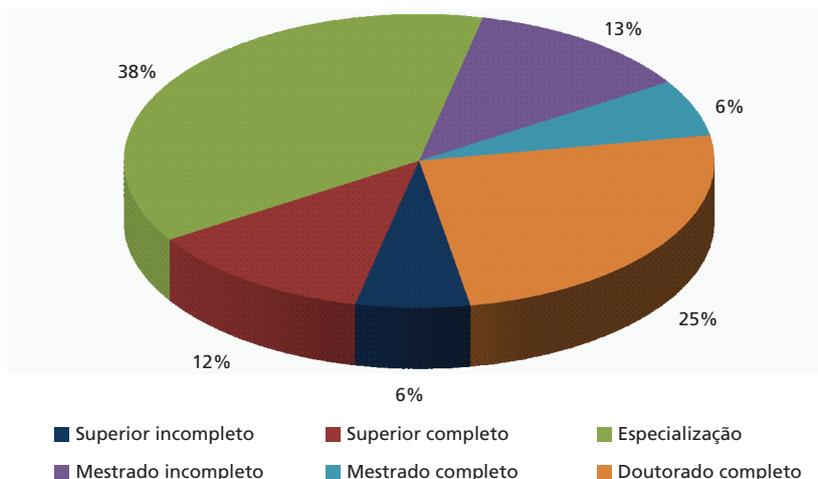


Fonte: Dados da pesquisa.

Tal qual demonstra o gráfico 4, o CNDI é composto predominantemente por conselheiros que se declaram de cor branca (81%). Os demais (19%) se declararam pardos. As opções de cor disponíveis nessa questão foram as mesmas adotadas pelo IBGE no censo de 2010: branca, preta, parda, amarela e indígena. Apesar de estas cinco categorias utilizadas pelo IBGE serem, por vezes, alvo de críticas, o IBGE considera que elas ajudam a construir um papel legitimador das representações sobre os diversos grupos étnicos raciais que convivem no Brasil (IBGE, 2008, p. 12). Além disso, “os termos propostos (...) foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma ideia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos” (SCHWARTZMAN, 1998).

4.1.3 Escolaridade dos conselheiros

GRÁFICO 5
Escolaridade dos conselheiros

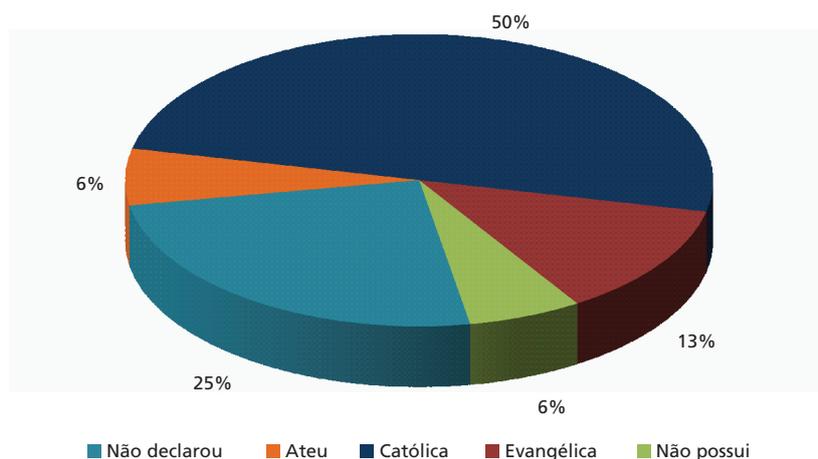


Fonte: Dados da pesquisa.

A média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais, medida pelo IBGE em 2009, é de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50). O gráfico 5 revela que o grau de escolaridade do CNDI é bastante superior à média nacional, dado que 94% os conselheiros têm pelo menos o ensino superior completo. Os outros 6% têm superior incompleto. Chama atenção que 25% dos respondentes tenham doutorado completo.

4.1.4 Religião dos conselheiros

GRÁFICO 6
Religião ou culto dos conselheiros



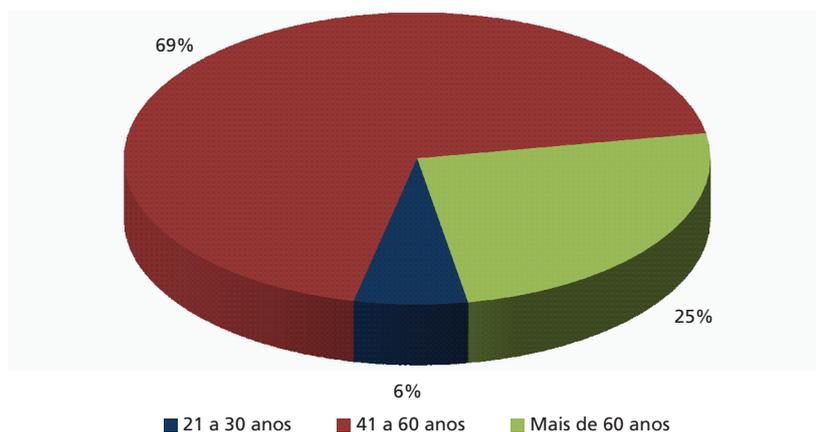
Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se observar, pelo gráfico 6, a divisão dos conselheiros por religião ou culto. Utilizou-se a terminologia e o tipo de pergunta adotada no censo do IBGE: “Qual sua religião ou culto?”. Dessa forma, evitou-se o uso de uma grande lista

de respostas possíveis, o que poderia deixar de incluir algum grupo religioso. A partir das respostas abertas a esta pergunta, foram delimitadas as categorias dispostas no gráfico 6. No CNDI, 50% dos conselheiros disseram ser católicos e 13%, evangélicos. Entre os demais, 12% declararam ser ateus ou não possuir religião e 25% não responderam à questão.

4.1.5 Faixa etária dos conselheiros

GRÁFICO 7
Faixa etária dos conselheiros



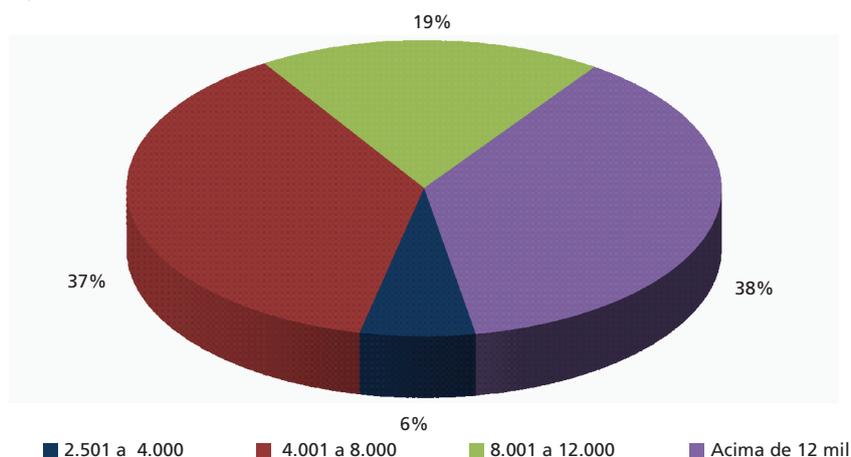
Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à faixa etária, observa-se no gráfico 7 que existe no CNDI uma predominância de conselheiros na faixa etária de 41 a 60 anos (69%). Dos demais, 25% declararam possuir mais de 60 anos e apenas 6% entre 21 e 30 anos. Considerando-se que o conselho é uma instância de promoção dos direitos dos idosos, não surpreende que a maioria de conselheiros se situe em faixas etárias mais altas, dado que uma presença maior de representantes deste grupo poderia contribuir para que suas experiências e perspectivas sociais sejam mais bem levadas em consideração nas deliberações do conselho (YOUNG, 2006).

4.1.6 Renda familiar média mensal dos conselheiros

A renda mensal familiar foi sistematizada em faixas de renda adotadas pelo IBGE. A partir do gráfico 8, é possível verificar que a renda familiar mensal média da quase totalidade dos conselheiros é equiparável ou superior à renda média das famílias brasileiras tal qual medida na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre os meses de maio de 2008 e 2009 pelo IBGE. A pesquisa, que incluiu uma amostra de 60 mil domicílios urbanos e rurais, demonstra que a família brasileira tem um rendimento mensal médio de R\$ 2.763,47 (IBGE, 2010b).

GRÁFICO 8
Renda familiar média mensal dos conselheiros
(Em R\$)



Fonte: Dados da pesquisa.

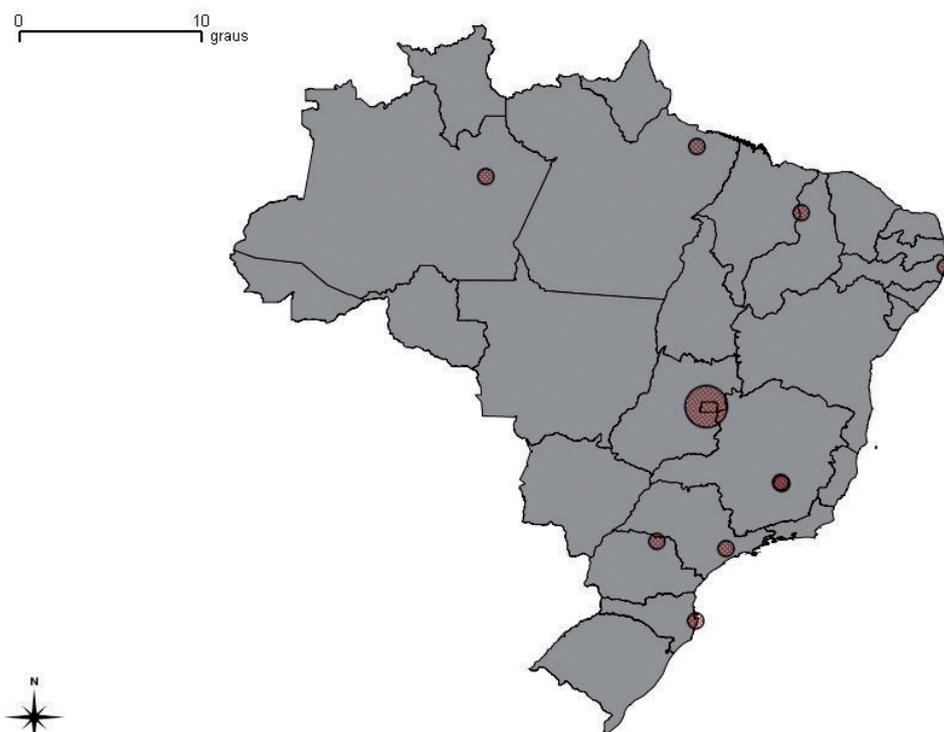
No caso do CNDI, 38% dos conselheiros declararam ter renda mensal acima de 12 mil reais; 19%, entre 8 mil e 12 mil reais; e 37%, entre 4 mil e 8 mil reais. Apenas 6% disseram ter renda entre 2,5 mil e 4 mil reais.

4.1.7 Cidade/UF de residência dos conselheiros

De modo a obter uma melhor representação espacial da distribuição dos conselheiros no país, foi feito um mapa demonstrativo (figura 1). Neste mapa, os círculos indicam os locais de residência, e seu tamanho reflete a proporção de conselheiros que indicaram residir naquele local. O detalhamento dos nomes das cidades e a frequência de resposta para cada uma pode ser encontrado no quadro 4.

Existe uma distribuição razoavelmente equilibrada dos conselheiros. As cinco macrorregiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) estão representadas. A maior concentração de conselheiros está na região Centro-Oeste, com sete conselheiros, todos residentes em Brasília, o que não surpreende, visto que os órgãos federais têm sede na capital. A segunda macrorregião com maior concentração de conselheiros é o Sudeste, com três representantes. As demais macrorregiões encontram-se igualmente representadas, todas elas com dois conselheiros.

FIGURA 1
Distribuição geográfica dos conselheiros do CNDI



Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 4
Distribuição dos conselheiros por cidade e UF

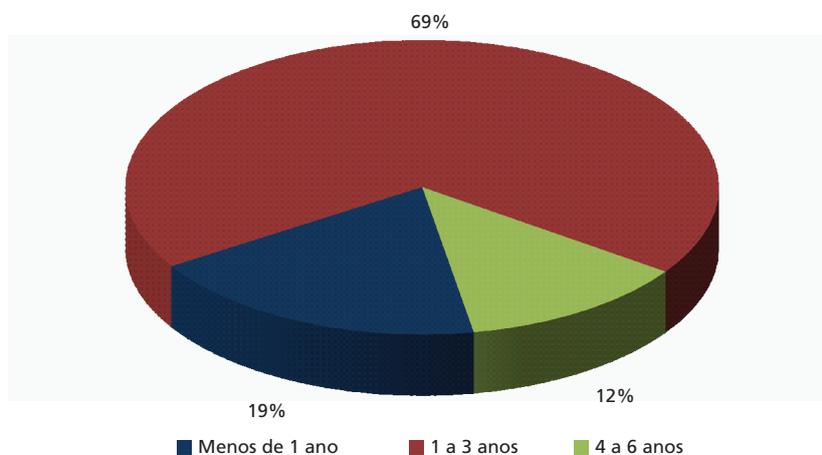
Cidade / UF de residência	Frequência
Belém/PA	1
Belo Horizonte/MG	1
Brasília/DF	7
Cornélio Procopio/PR	1
Cotia/SP	1
Manaus/AM	1
Recife/PE	1
Nova Lima/MG	1
SC	1
Teresina/PI	1
Total	16

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1.8 Conselheiros segundo o tempo no conselho

GRÁFICO 9

Tempo dos conselheiros no conselho



Fonte: Dados da pesquisa.

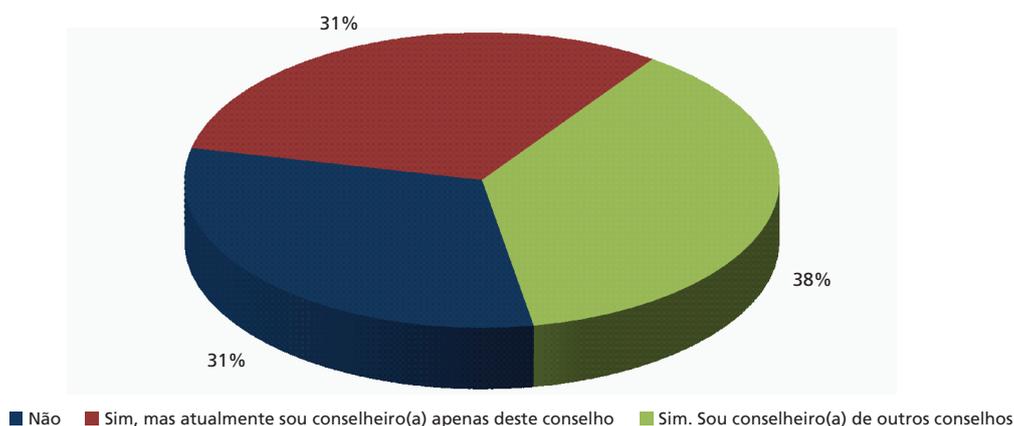
Observa-se, no gráfico 9, que 19% dos conselheiros estão no CNDI há menos de um ano e 69% estão no conselho por período entre um e três anos, ao passo que apenas 12% participam da instância há mais tempo que isto.

4.1.9 Atuação em outros conselhos

O gráfico 10 representa as respostas à indagação sobre se o conselheiro participa atualmente ou se já participou de outros conselhos além do CNDI.

GRÁFICO 10

Participação dos conselheiros em outros conselhos



Fonte: Dados da pesquisa.

Trinta e um por cento dos conselheiros disseram nunca ter participado de outros conselhos. Sessenta e nove por cento dos conselheiros declararam participar ou já ter participado de outros conselhos – especificados, quanto à sua natureza (nacional, estadual ou municipal), no quadro 5. De acordo com o quadro, a maior parte dos conselheiros participa ou participou apenas de conselhos nacionais (três conselheiros) ou estaduais (três), seguidos daqueles que tiveram ou têm atuação tanto em nível estadual quanto em nível municipal (dois). Outras opções tiveram apenas uma resposta.

QUADRO 5
Atuação em conselhos fora do CNDI

Tipo de conselho	Quantidade de conselheiros
Apenas nacional	3
Apenas estadual	3
Apenas municipal	1
Nacional e municipal	1
Estadual e municipal	2
Não respondeu	1
Total	11

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 6
Resumo do perfil dos conselheiros do CNDI

Sexo	Setenta e cinco por cento são do sexo feminino; 25%, do sexo masculino.
Cor/raça	Oitenta e um por cento declaram-se de cor branca; 19%, de cor parda.
Escolaridade	Seis por cento possuem ensino superior incompleto; 12%, superior completo; 38%, especialização; 13%, mestrado incompleto; 6%, mestrado completo; e 25%, doutorado completo.
Religião ou culto	Católicos são 50%; evangélicos, 13%; 25% não declararam; 6% são ateus; e 6% não possuem religião.
Faixa etária	Sessenta e nove por cento têm entre 41 e 60 anos; 25%, mais de 60 anos; e 6%, entre 21 a 30 anos.
Renda mensal média familiar	Seis por cento têm renda familiar entre R\$ 2,501 mil e R\$ 4 mil; 37%, entre R\$ 4,001 mil e R\$ 8 mil; 19%, entre R\$8,001 mil e R\$ 12 mil; e 38%, acima de R\$ 12 mil.
Tempo no conselho	Dezenove por cento atuam há menos de 1 ano; 69%, entre 1 e 3 anos; e 12%, de 4 a 6 anos.
Participação em outros conselhos	Sessenta e nove por cento atuam ou já atuaram em outro conselho, enquanto 31% nunca participaram de outros conselhos.

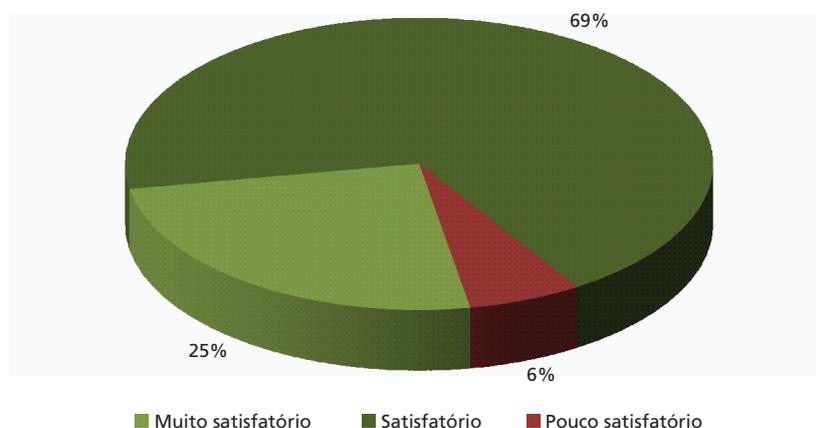
Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Bloco II – Atuação dos conselheiros

Esse bloco busca captar a percepção dos conselheiros sobre a composição do conselho, a sua atuação como conselheiro, os interesses que entendem defender, a articulação entre setores do conselho, e a interação e as formas de comunicação com a base de apoio.² Os gráficos desta primeira seção representam o grau de satisfação do conselheiro em relação aos aspectos citados. Cada respondente avalia numa escala que inclui cinco opções de avaliação: muito satisfatória; satisfatória; pouco satisfatória; insatisfatória; e não sabe ou não se aplica.

4.2.1 Avaliação do número total de conselheiros

GRÁFICO 11
Número total de conselheiros



Fonte: Dados da pesquisa.

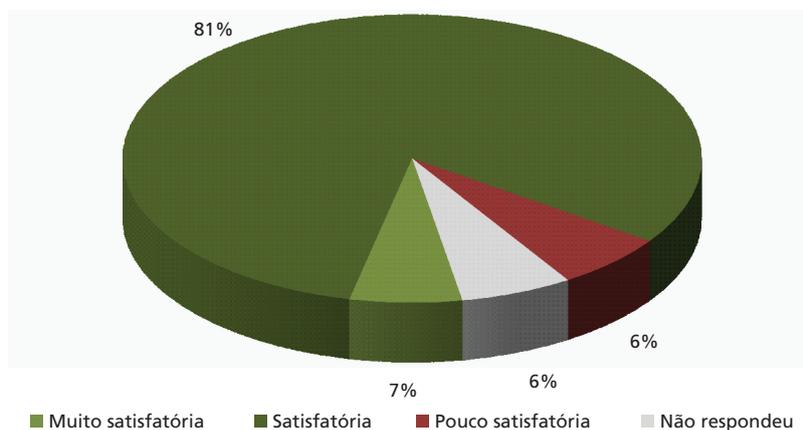
2. Considerou-se como base de apoio o grupo principal de pessoas representadas pelo conselheiro.

Dos conselheiros do CNDI que responderam ao questionário, a maioria (94%) considera o número de conselheiros que compõem o conselho como satisfatório ou muito satisfatório. Seis por cento dos conselheiros o consideram pouco satisfatório.

4.2.2 Avaliação da diversidade de setores representados

GRÁFICO 12

Diversidade dos setores representados



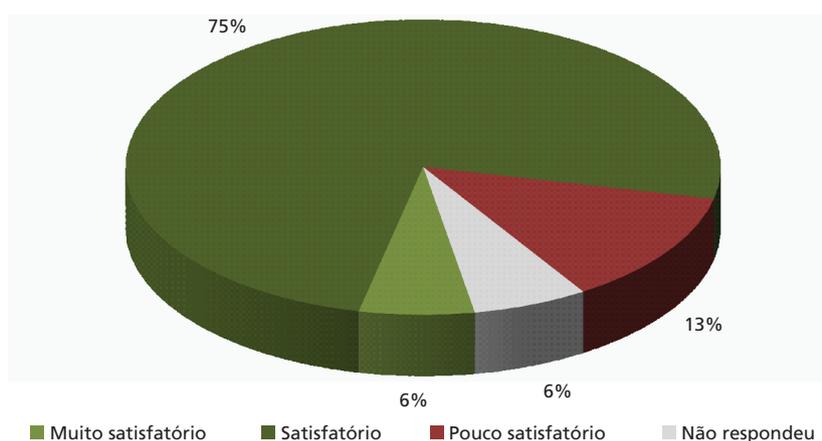
Fonte: Dados da pesquisa.

Como é possível observar pelo gráfico 12, os conselheiros também avaliaram positivamente a diversidade interna ao conselho, visto que 88% a consideram satisfatória ou muito satisfatória. Seis por cento disseram ser pouco satisfatória e outros 6% não responderam.

4.2.3 Avaliação do número de conselheiros em cada setor

GRÁFICO 13

Número de conselheiros em cada setor



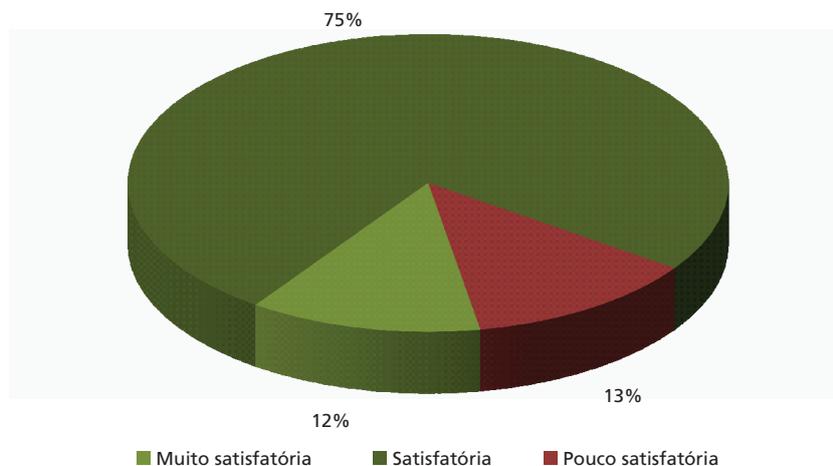
Fonte: Dados da pesquisa.

Quando se pede aos conselheiros para avaliar o número de conselheiros por setor, a avaliação continua positiva – 81% o consideram satisfatório ou muito satisfatório, 13% pouco satisfatório e 6% não responderam.

4.2.4 Avaliação da forma de escolha das entidades com assento no conselho

GRÁFICO 14

Forma de escolha das entidades com assento no conselho



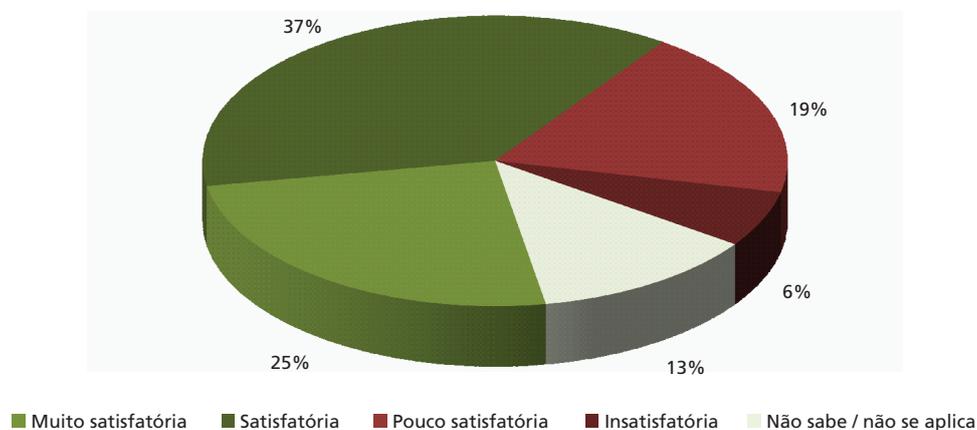
Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação a esse aspecto, a distribuição das respostas permanece semelhante à avaliação dos aspectos anteriores: 12% avaliam a forma de escolha das entidades como muito satisfatória, 75% como satisfatória e 13% como pouco satisfatória.

4.2.5 Avaliação da forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

GRÁFICO 15

Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

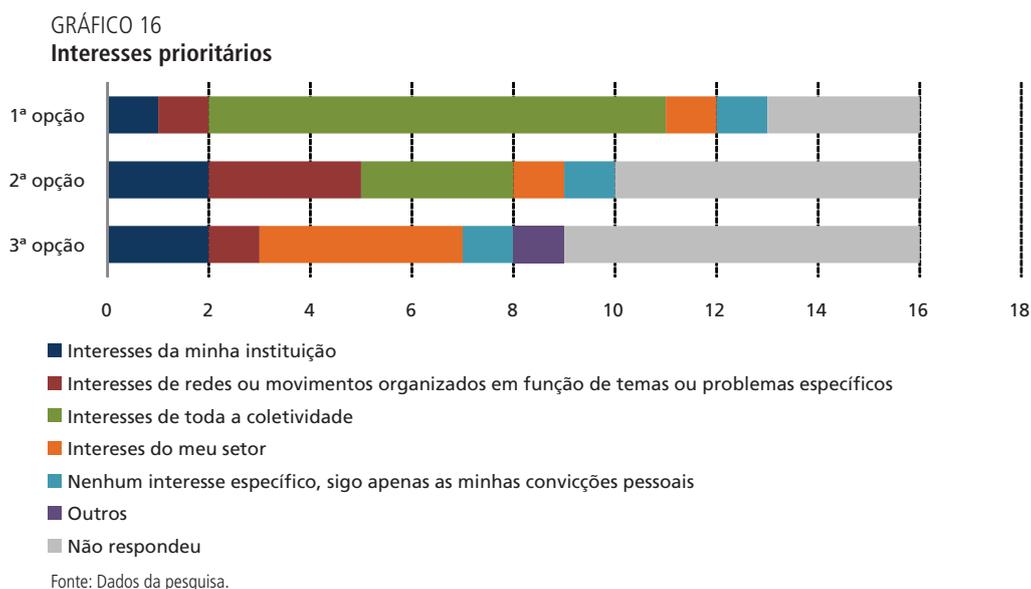


Fonte: Dados da pesquisa.

O perfil da avaliação se modifica um pouco no que se refere à forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades. Embora as respostas “muito satisfatória” ou “satisfatória” predominem, somando 62% do total de conselheiros, 19% a consideram pouco satisfatória, e 6%, insatisfatória. Também apareceram 13% de respostas “não sabe/não se aplica”, o que poderia significar que nem todos os conselheiros conhecem como funcionam estes mecanismos de escolha, os quais provavelmente são diversos e variam para cada entidade.

4.2.6 Interesses prioritários

Ao serem questionados sobre quais interesses defenderiam, foi solicitado que os conselheiros marcassem três das seguintes opções: “Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais”; “Interesses da minha instituição”; “Interesses do meu setor”; “Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos”; ou “Interesses de toda a coletividade”. Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo conselheiro. Consideraram-se, para fins de sistematização, apenas as respostas marcadas como primeira opção para cada nível de prioridade e foram desconsiderados os casos de mais de uma resposta para cada prioridade.



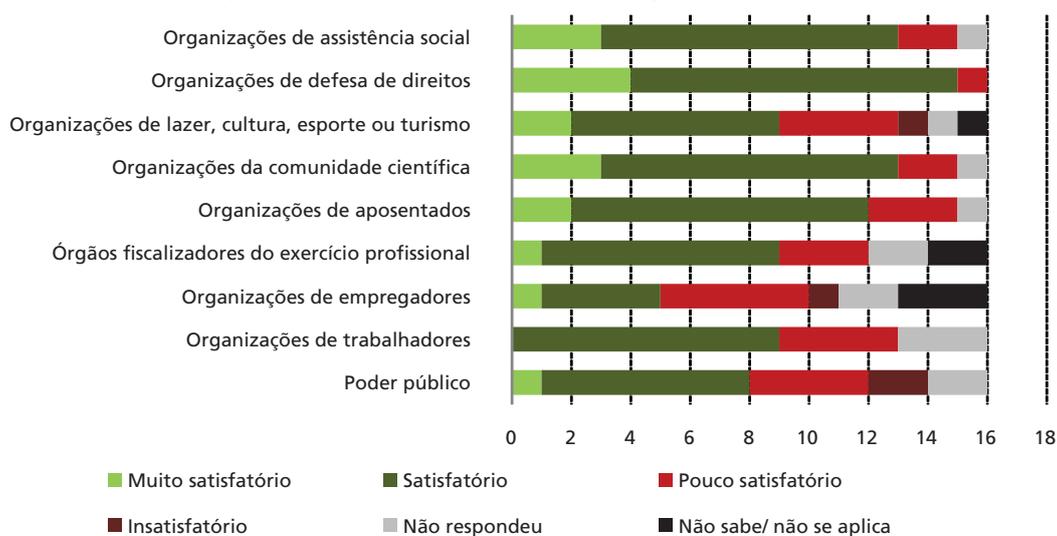
Os “interesses de toda a coletividade” aparecem como os mais defendidos prioritariamente pelos representantes do CNDI. Como segunda opção, há um equilíbrio entre “interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos” e “interesses de toda a coletividade”, e um aumento do número respostas para “interesses da minha instituição”. Finalmente, com relação à terceira opção, predominam as respostas para “interesses do meu setor”.

4.2.7 Grau de articulação com os setores que compõem o Conselho

O gráfico 17 refere-se à avaliação do nível de satisfação com o grau de articulação entre os conselheiros e os segmentos que compõem o conselho. Para esta questão, foi mantida a subdivisão da sociedade civil em diversos setores, conforme estabelecido no regimento interno do CNDI, de modo que se pudesse ter uma avaliação mais exata deste aspecto.

GRÁFICO 17

Grau de articulação dos conselheiros com os diferentes segmentos que compõem o conselho

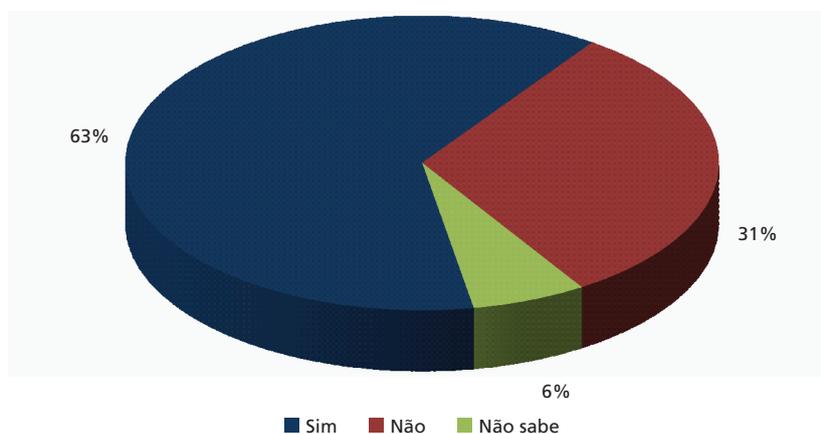


A avaliação da articulação com todos os segmentos é, sobretudo, positiva. As avaliações de que o grau de articulação é “pouco satisfatório” e “insatisfatório”, no entanto, aparecem mais nos casos de “organizações de trabalhadores”, “organizações de cultura, lazer, esporte ou turismo”, e na avaliação da articulação entre os conselheiros e o poder público.

4.2.8 Existência de base de apoio

GRÁFICO 18

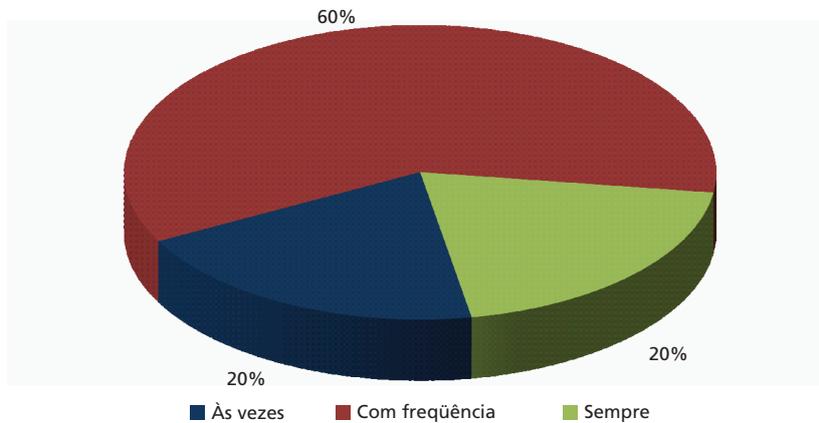
Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro



Na resposta à questão “No exercício de seu mandato como conselheiro, você tem alguma base de apoio?”, 63% dos conselheiros afirmam possuir base de apoio, ou seja, dez conselheiros do total de 16 respondentes. Dos demais, 31% afirmaram não possuir base de apoio (cinco conselheiros) e 6% não souberam responder. Ressalta-se que, entre os que disseram ter base de apoio, a maior parte integra setores da sociedade civil.

4.2.9 Frequência de contato com a base de apoio

GRÁFICO 19
Frequência de contato com a base de apoio



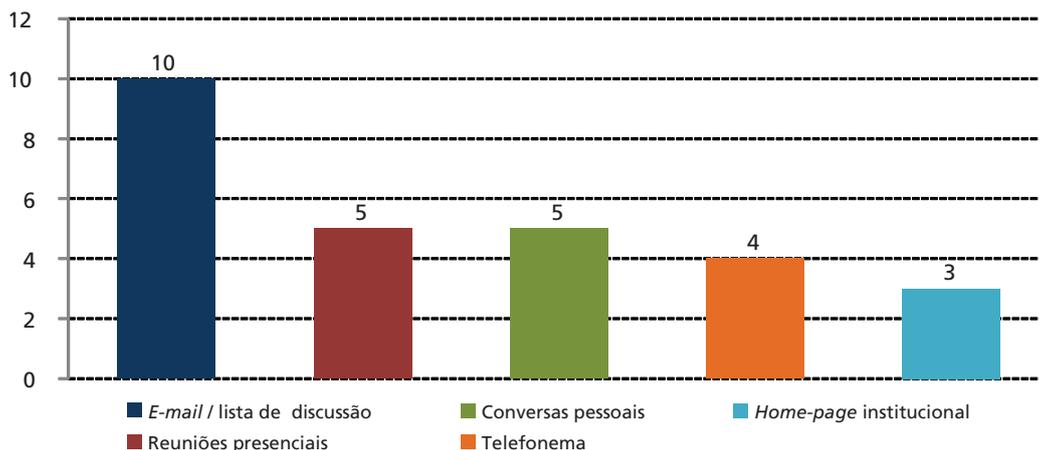
Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os 63% de conselheiros que disseram possuir base de apoio, a maioria afirma manter contato com sua base de apoio com frequência (60%). Aqueles que disseram fazê-lo sempre correspondem a 20%, assim como os que responderam entrar em contato às vezes.

4.2.10 Formas de contato com a base de apoio

Entre os conselheiros que declararam possuir base de apoio, as principais formas utilizadas para se comunicar com suas bases estão representadas no gráfico 20. Nota que mais de uma resposta era possível.

GRÁFICO 20
Principais formas de contato com a base de apoio
(Por número de respostas)



Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que, de acordo com os conselheiros, cinco são as formas de contato mais frequentes. As listas e trocas de *e-mail* (dez respostas) são as mais utilizadas no contato com as bases; em seguida, aparecem reuniões presenciais (cinco), conversas pessoais (cinco) e telefonemas (quatro). Finalmente, a página eletrônica institucional é citada por três con-

selheiros. Novas formas de relacionamento digital, como Facebook, Twitter e afins, não foram mencionadas por nenhum dos conselheiros.

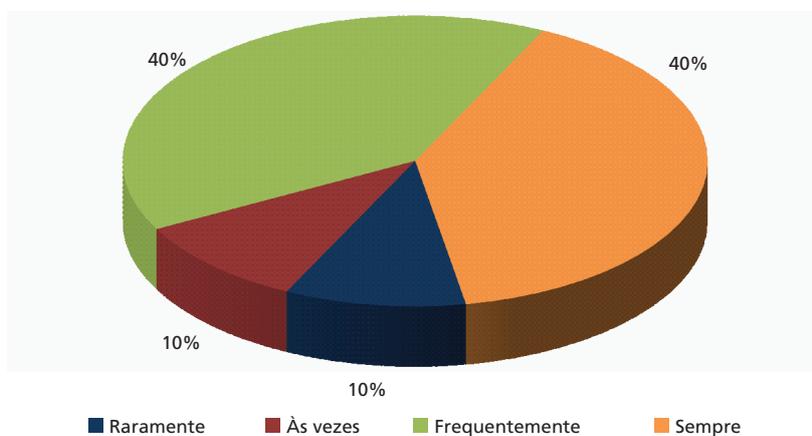
4.2.11 Frequência de consultas à base de apoio para fins específicos

Esta sessão analisa a frequência de consultas à base de apoio para diferentes finalidades. É importante ter em mente que as respostas referem-se ao conjunto daqueles conselheiros (63%) que declararam possuir base de apoio. Conforme será possível perceber, a frequência de contato para as finalidades listadas é, em geral, bastante alta, predominando as respostas “sempre” e “frequentemente”.

Definir e sustentar posicionamento no conselho

GRÁFICO 21

Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento



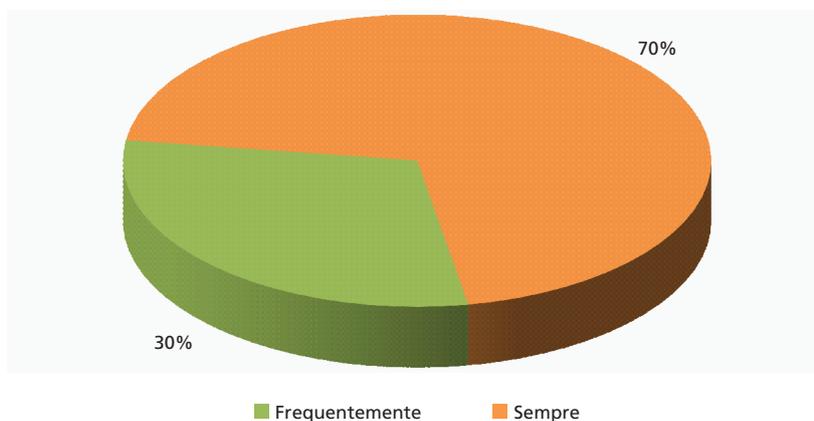
Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos conselheiros (80%) afirma se comunicar sempre ou frequentemente com suas bases a fim de definir o posicionamento a ser defendido no conselho. Vinte por cento afirmam se comunicar com suas bases para esta finalidade apenas às vezes ou raramente.

Relatar debates e deliberações do conselho

GRÁFICO 22

Frequência de consulta à base de apoio para relatar debates e deliberações do conselho



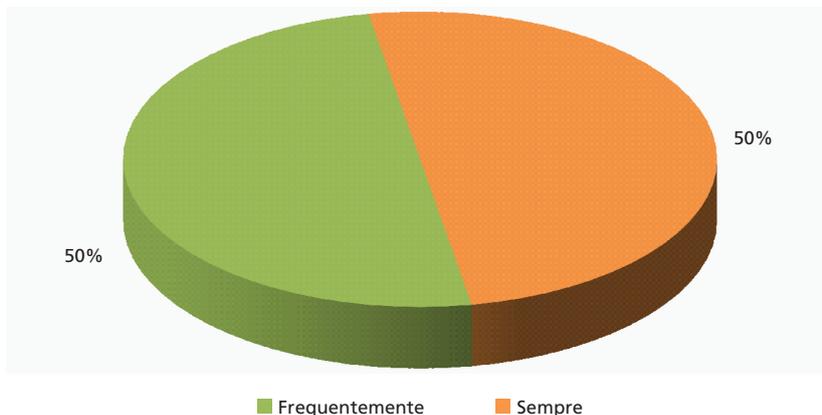
Fonte: Dados da pesquisa.

A comunicação com as bases para relatar as atividades ocorridas no conselho é ainda mais frequente, uma vez que 70% dos conselheiros disseram fazê-lo sempre, e 30%, frequentemente.

Prestar contas sobre a atuação no conselho

GRÁFICO 23

Frequência de contato com a base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho



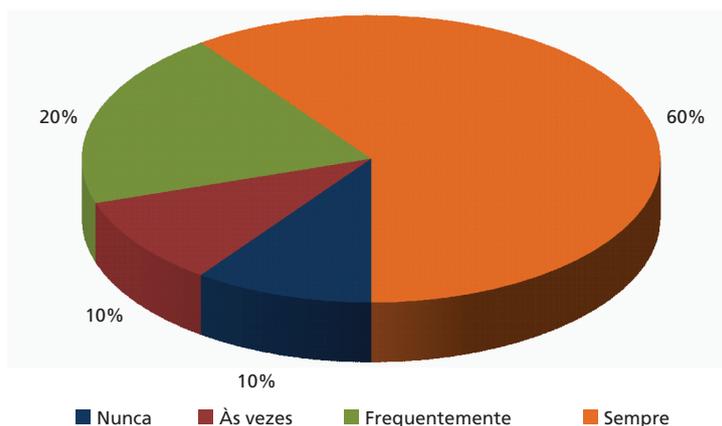
Fonte: Dados da pesquisa.

Comparativamente à frequência para relatar as discussões do conselho, o nível de contato para prestar contas é mais equilibrado entre as respostas “sempre” e “frequentemente”, cada uma correspondendo a 50%. Ainda assim, a frequência de contato permanece elevada.

Construir e fortalecer articulações

GRÁFICO 24

Frequência de consulta à base de apoio para construir e fortalecer articulações



Fonte: Dados da pesquisa.

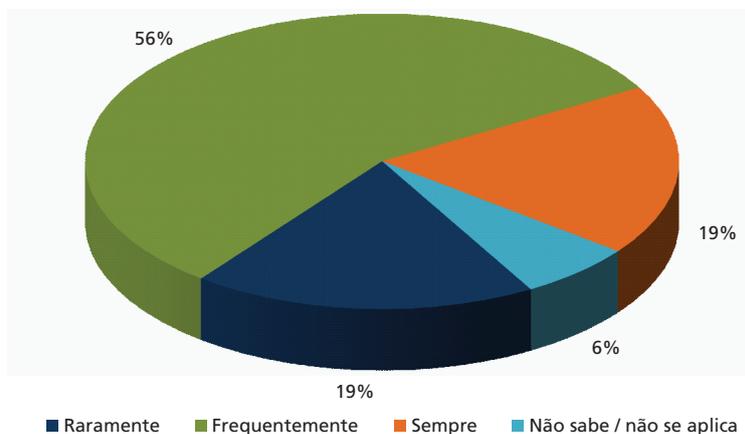
Por fim, no que se refere à comunicação com a base de apoio para construir ou fortalecer articulações, a distribuição de respostas volta a apresentar uma variação maior, embora a proporção de respostas “sempre” predomine (60%). Dos demais, 20% disseram entrar em contato frequentemente para esta finalidade, 10% às vezes e 10% raramente.

4.3 Bloco III – Funcionamento do conselho

4.3.1 Frequência com a qual a atuação dos conselheiros do CNDI corresponde aos interesses de seus respectivos setores

GRÁFICO 25

Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico 25 mostra a percepção dos conselheiros acerca da frequência com que a atuação dos membros corresponde aos interesses de seus respectivos setores. Neste caso, predominam as respostas que avaliam que esta correspondência ocorre frequentemente (50%). Entre os demais, 19% dos conselheiros indicaram que ela ocorre sempre, ao passo que igual proporção (19%) disse que ocorre raramente. Seis por cento responderam “não sabe/não se aplica”.

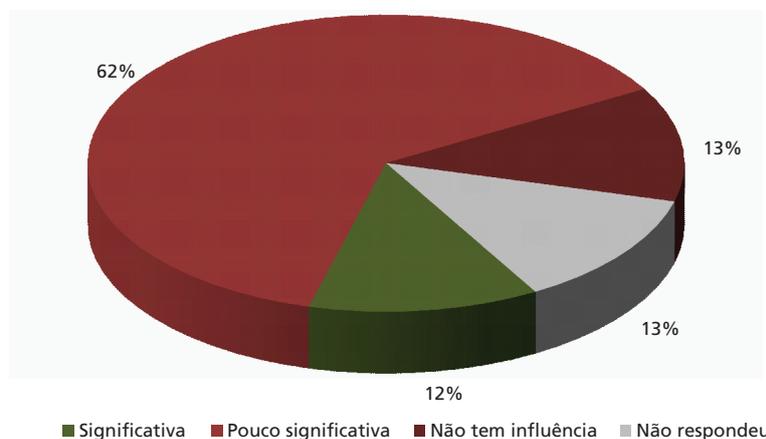
4.3.2 Percepção dos conselheiros em relação à influência do conselho

Nessa questão, o objetivo é obter a opinião dos conselheiros acerca do nível de influência do conselho nas diversas arenas políticas nas quais o CNDI poderia intervir de alguma forma, influenciando o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Influência do conselho na agenda do Congresso Nacional

GRÁFICO 26

Influência na agenda do Congresso Nacional



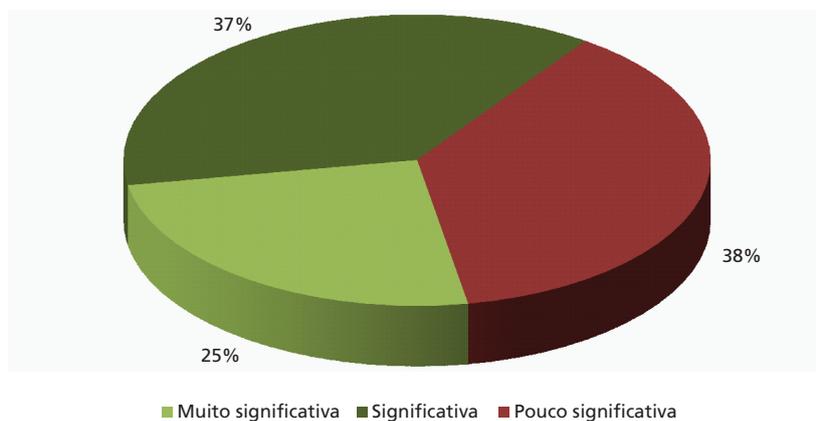
Fonte: Dados da pesquisa.

A grande maioria dos conselheiros avalia que a influência do CNDI sobre a agenda do Congresso Nacional é pouco significativa (62%) ou sem influência (13%). Apenas 12% acreditam que esta influência é significativa. Treze por cento optaram por não responder.

Influência do conselho nas políticas públicas da SDH/PR

GRÁFICO 27

Influência do conselho nas políticas públicas da SDH/PR



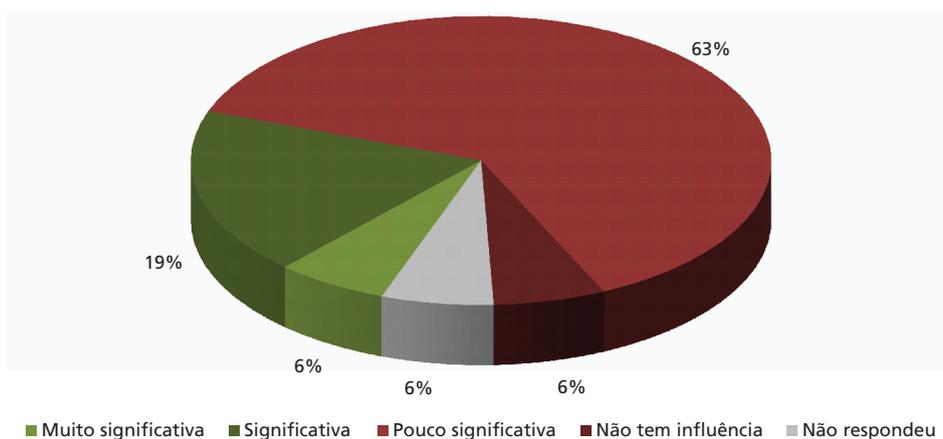
Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere à influência sobre as políticas da SDH/PR, órgão ao qual o conselho é vinculado, nota-se uma avaliação mais positiva, embora equilibrada. Vinte e cinco por cento dos conselheiros disseram que esta influência é muito significativa, 37% significativa e 38% afirmaram que é pouco significativa.

Influência do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais se relaciona

GRÁFICO 28

Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais se relaciona



Fonte: Dados da pesquisa.

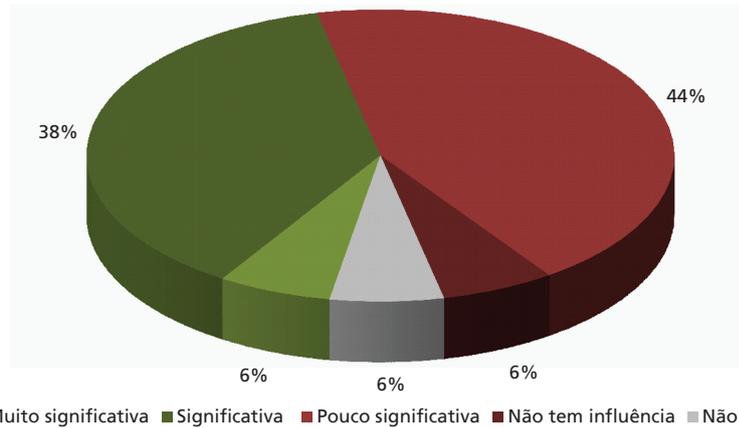
Na avaliação da influência do conselho sobre as políticas de outros ministérios com os quais o conselho está articulado, percebe-se, assim como no caso da influência sobre a agenda do Congresso Nacional, um aumento da proporção de avaliações negativas, dado

que 69% dos conselheiros acreditam que a influência seja pouco significativa ou inexistente. Vinte e cinco por cento dos conselheiros acham que o impacto do CNDI sobre as políticas de outros ministérios é significativo ou muito significativo. Seis por cento dos conselheiros não responderam à questão.

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

GRÁFICO 29

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil



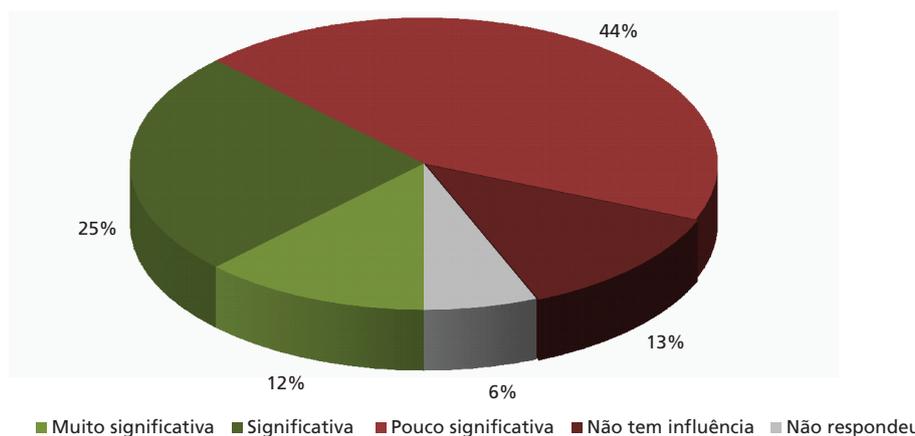
Fonte: Dados da pesquisa.

A percepção quanto à influência do conselho sobre as ações da sociedade civil é bastante equilibrada: 44% acreditam que a influência é pouco significativa e 6% acham que não há influência, ao passo que 38% acham que é significativa e 6% muito significativa. Seis por cento dos conselheiros não responderam.

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

GRÁFICO 30

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema



Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, quanto à influência do CNDI sobre a opinião pública com relação à temática dos direitos dos idosos, percebe-se novamente uma distribuição equilibrada, embora predominem as avaliações negativas. Quarenta e quatro por cento dos conselheiros avaliam o

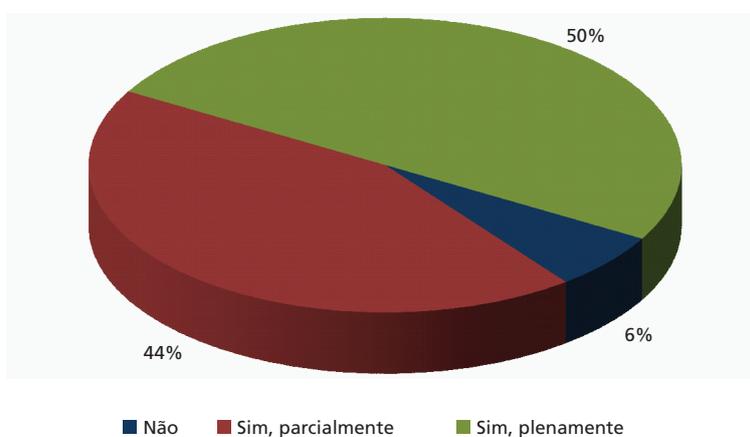
impacto como pouco significativo e 13% afirmaram que não há influência, enquanto 25% disseram achar que é significativo e 12% muito significativo. Uma possível explicação para esta avaliação pode ser a insatisfação – como será visto adiante (gráfico 35) – com os meios de divulgação e comunicação do conselho. Seis por cento dos conselheiros não responderam.

4.3.3 Compreensão dos assuntos tratados no conselho

Pergunta-se dessa forma: em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os conselheiros? Esta questão visa aferir a percepção acerca do entendimento dos conselheiros em relação aos assuntos discutidos no conselho. Como respostas possíveis a esta pergunta havia as opções “não”; “sim, parcialmente” e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 31

Compreensão dos assuntos tratados no conselho



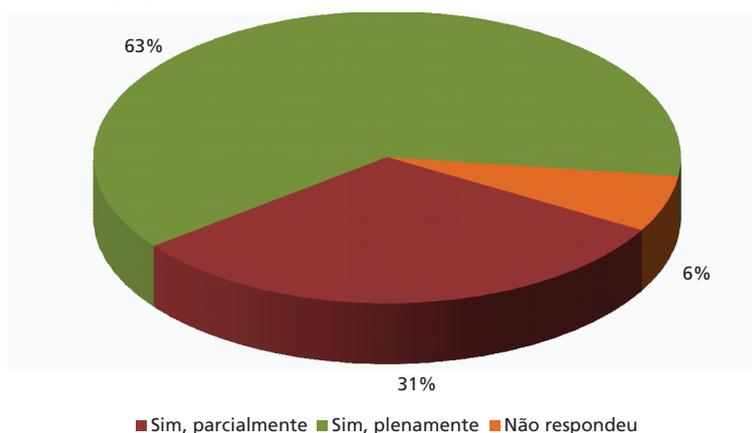
Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o gráfico 31 ilustra, metade dos respondentes acredita que os conselheiros compreendem plenamente os assuntos tratados no conselho. Na outra metade, 44% acham que essa compreensão é apenas parcial e 6% acreditam que os assuntos não são bem compreendidos.

4.3.4 Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões do conselho

Neste item, pergunta-se se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros. As opções de resposta também foram: “não”, “sim, parcialmente” e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 32
Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões



Fonte: Dados da pesquisa.

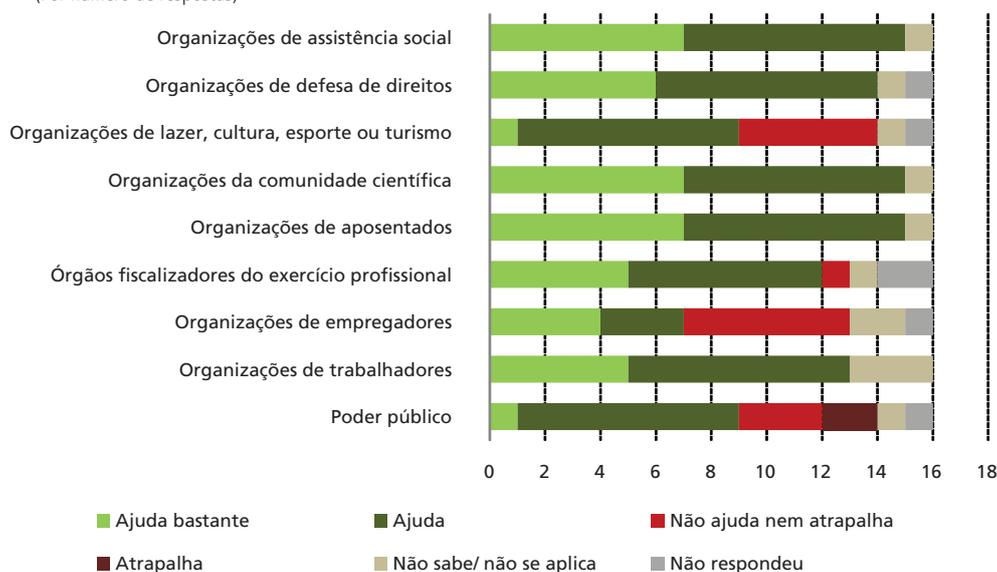
Para essa questão, o resultado difere um pouco do item sobre a compreensão dos assuntos tratados. Percebe-se uma elevação da proporção de conselheiros que acreditam que a linguagem utilizada é compreendida plenamente (63%), enquanto a proporção daqueles que acreditam que esta compreensão só ocorre parcialmente fica em 31%. Seis por cento não responderam.

4.3.5 Avaliação da atuação dos setores do conselho

Neste item, pediu-se aos conselheiros avaliarem a atuação, dentro do conselho, dos setores que o compõem. Para esta questão, assim como no caso da avaliação do grau de articulação entre os conselheiros e os segmentos que compõem o conselho, foi mantida a subdivisão da sociedade civil em diversos setores (tal qual estabelecido no regimento interno do CNDI), de modo que se pudesse ter uma avaliação mais exata deste aspecto. O gráfico 33 ilustra as avaliações (por número de respostas).

GRÁFICO 33
Avaliação da atuação dos setores do conselho

(Por número de respostas)



Fonte: Dados da pesquisa.

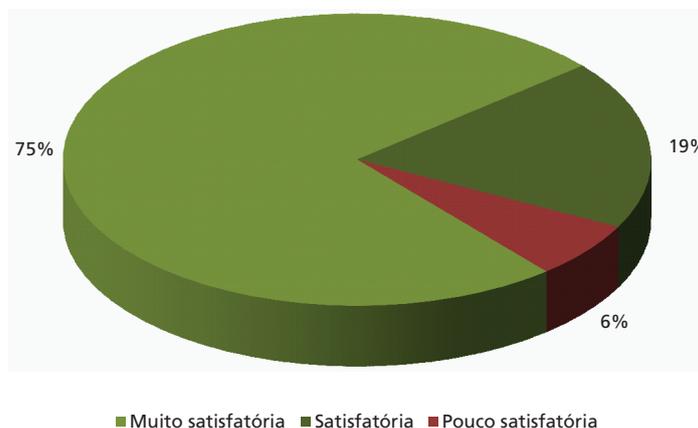
Como é possível observar, a percepção da atuação dos setores da sociedade civil é, sobretudo, positiva, predominando as respostas que afirmam que a atuação destes setores ajuda ou ajuda bastante. Entre os segmentos da sociedade civil cuja atuação recebeu mais avaliações negativas estão as organizações de lazer, cultura, esporte ou turismo, e as organizações de empregadores. No que se refere ao poder público, embora a maior parte dos conselheiros avalie que sua atuação ajuda o andamento dos processos e debates do conselho, há aqueles que digam que não ajuda nem atrapalha, ou que atrapalha.

4.3.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do conselho

Esta seção visa avaliar o nível de satisfação dos conselheiros em relação às estruturas administrativas e organizacionais do CNDI.

Avaliação da secretaria executiva

GRÁFICO 34
Secretaria executiva do conselho



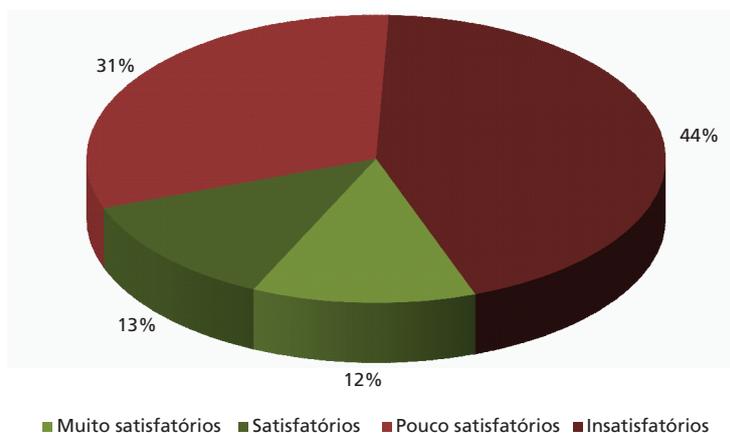
Fonte: Dados da pesquisa.

No que concerne ao funcionamento da secretaria executiva, a grande maioria dos conselheiros (94%) acredita que o apoio técnico-administrativo e demais serviços realizados são muito satisfatórios ou satisfatórios. Apenas 6% a avaliaram como pouco satisfatória.

Avaliação dos meios de comunicação e divulgação (informes, página eletrônica publicações)

GRÁFICO 35

Meios de divulgação e comunicação utilizados pelo conselho



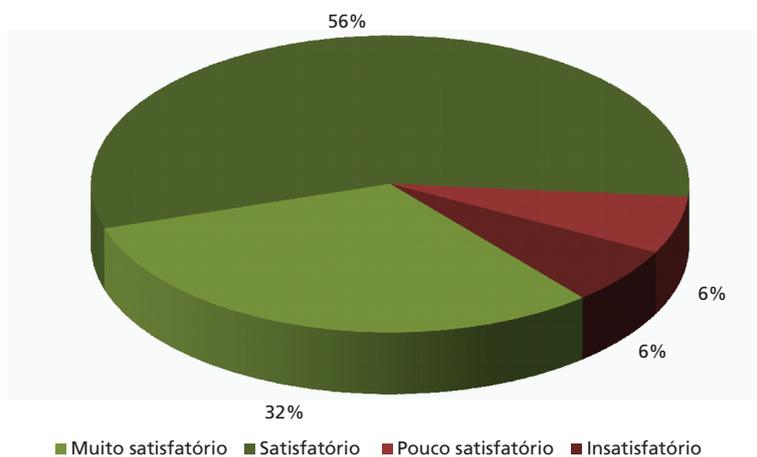
Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos meios de divulgação e comunicação do CNDI, a avaliação é predominantemente negativa: 31% acreditam serem pouco satisfatórios e 44% os avaliam como insatisfatórios. Apenas 13% dos conselheiros os avaliam como satisfatórios e 12% como muito satisfatórios. Infere-se que os conselheiros identificam problemas de comunicação do CNDI com a sociedade como um todo.

Avaliação do regimento interno e das resoluções

GRÁFICO 36

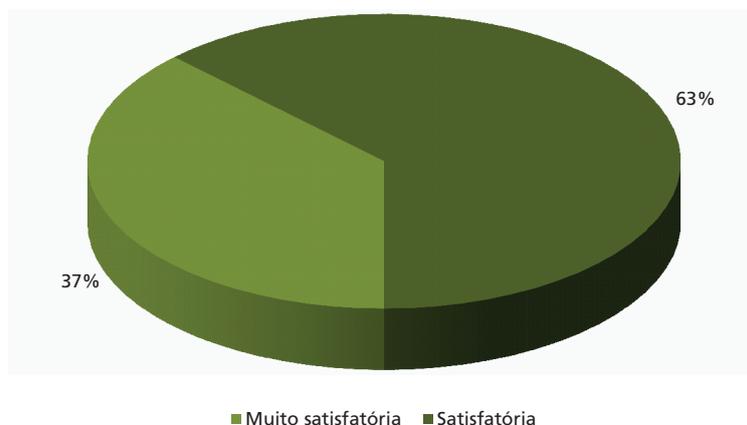
Regimento interno e resoluções



Fonte: Dados da pesquisa

Conforme ilustra o gráfico 36, 88% dos conselheiros consideram as resoluções e o regimento interno do CNDI satisfatórios ou muito satisfatórios, ao passo que 12% os consideram pouco satisfatórios ou insatisfatórios.

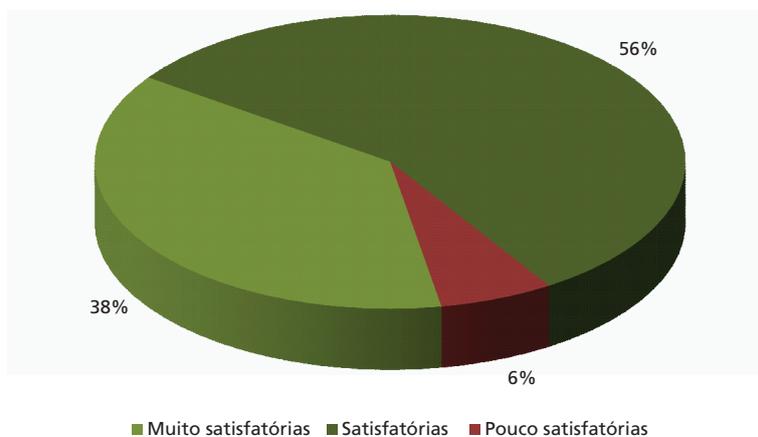
Avaliação da presidência do conselho

GRÁFICO 37
Presidência do conselho

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere à presidência do conselho, o gráfico 37 mostra que todos os conselheiros a avaliam positivamente: 67% a consideram satisfatória, e 37%, muito satisfatória.

Avaliação das plenárias do conselho

GRÁFICO 38
Plenárias do conselho

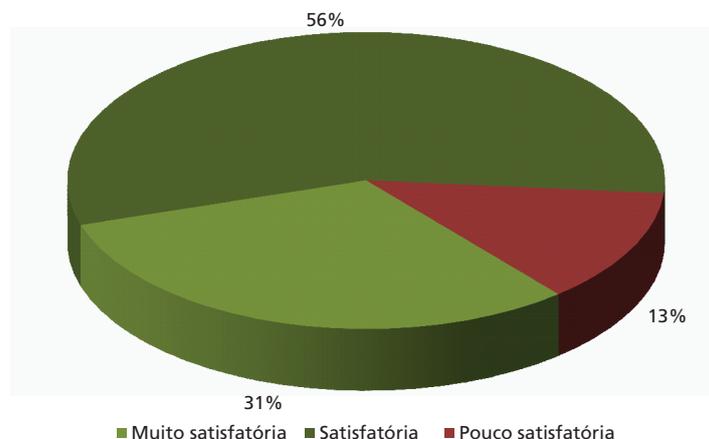
Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao andamento das plenárias do CNDI, a avaliação positiva se mantém, com 94% dos conselheiros afirmando que elas são satisfatórias ou muito satisfatórias. Apenas 6% dos conselheiros disseram que as plenárias são pouco satisfatórias.

Avaliação das comissões temáticas do conselho

GRÁFICO 39

Comissões temáticas do conselho



Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, coube avaliar as comissões temáticas enquanto parte da estrutura do CNDI. Neste caso, 87% dos conselheiros as percebem como satisfatórias ou muito satisfatórias, enquanto apenas 13% acreditam que elas são pouco satisfatórias. Assim como outras estruturas do conselho, as comissões são bem avaliadas.

4.3.7 Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

Foi pedido aos conselheiros que identificassem, entre uma lista de categorias previamente organizada, três dificuldades que eles acreditam serem as principais no processo decisório do CNDI. O gráfico 40 mostra a frequência de respostas (em números absolutos) para cada categoria.

GRÁFICO 40

Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

(Por número de respostas)



Fonte: Dados da pesquisa.

As principais dificuldades observadas pelos conselheiros, em 2010, são a baixa prioridade política dada ao conselho por parte da Secretaria Geral da Presidência da República (11 respostas) e o pouco tempo de discussão nas reuniões (dez). O primeiro aspecto se relaciona à importância e à legitimidade conferidas ao CNDI. O segundo problema relatado limitaria a possibilidade de discutir certas questões de maneira mais completa, bem como pode ser um indicativo de que certas questões não encontram espaço para serem debatidas no conselho.

Em seguida, aparece como dificuldade a pouca antecedência com que a pauta e os subsídios para as reuniões são disponibilizados (sete menções) – algo que impediria uma melhor preparação dos conselheiros para os encontros –, bem como a frequência muito esparsa das reuniões (sete menções). A carência de estrutura é citada por três representantes como uma limitação, ao passo que “questões políticas alheias à agenda do conselho” e “limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros” foram mencionadas por um representante cada.

Por fim, dos quatro conselheiros que optaram por apontar outras dificuldades, ao especificarem suas respostas estas incluíram:

- ausência ou pouca frequência de conselheiros governamentais (com três menções); e
- falta de integração com outros conselhos de direitos e conselhos setoriais sobre questões referentes ao envelhecimento e aos direitos dos idosos.

5 QUESTÕES ABERTAS

Havia duas questões de livre resposta no questionário. A questão 27 perguntava aos conselheiros quais os principais pontos fortes da atuação do conselho, enquanto a questão 28 buscava obter as opiniões dos conselheiros quanto a que tipo de ações poderiam ser implementadas para melhoria da atuação do CNDI. Um número considerável de conselheiros respondeu às questões: cerca de 81% responderam às questões 27 e 28. De maneira a melhor organizar as respostas, elaboraram-se categorias que representam o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. Os conselheiros podiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

5.1 Pontos fortes do CNDI

A primeira questão aberta, sobre quais são os pontos fortes do conselho, resultou nas categorias constantes no quadro 7.

QUADRO 7
Pontos fortes do CNDI

Pontos fortes	Número de respostas
Aumento da visibilidade conferida à temática do conselho e fomento ao protagonismo de pessoas idosas.	4
Fortalecimento da democracia e do controle social.	4
Formação e atuação dos conselheiros.	4
Organização interna.	1
Articulação e mobilização de atores.	1
Organização da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Como é possível perceber a partir do quadro 7, três aspectos principais foram mencionados como pontos fortes do CNDI, cada um com quatro menções. Em primeiro lugar, tem-se o aumento da visibilidade à temática da promoção dos direitos da pessoa idosa e o incentivo ao protagonismo dos idosos dentro da sociedade. Além disso, o conselho é um instrumento de fortalecimento da democracia, na medida em que corrobora a promoção de direitos, e assessora, monitora e incentiva a articulação do segmento social contemplado as pessoas idosas. Finalmente, o terceiro aspecto mais mencionado foi a formação e atuação dos conselheiros, elogiando-se assim o compromisso com o trabalho a ser realizado, a diversidade de experiências e formações e a consequente riqueza dos debates. Também foi apontada como ponto forte a organização interna do conselho, a organização da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e a articulação e mobilização entre os representantes dos diversos setores, cada um destes aspectos obtendo uma menção.

5.2 Sugestões de melhoria à atuação do CNDI

Conforme dito anteriormente, a segunda questão indagava o que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho. As respostas a esta questão foram agrupadas nas categorias listadas no quadro 8.

QUADRO 8
Sugestões de melhorias na atuação do CNDI

Sugestões de melhoria	Número de respostas
Aumento da participação de alguns segmentos.	5
Aperfeiçoamento das reuniões e questões administrativas e otimização do trabalho do conselho.	4
Ampliação da articulação entre o CNDI e outros conselhos de idosos nos três níveis da federação, e com outros conselhos nacionais.	3
Atribuição, por parte da SDH, de maior importância às deliberações do CNDI.	2
Aperfeiçoamento dos meios de comunicação e divulgação.	2
Capacitação dos conselheiros.	2
Ampliação da capacidade de tornar transversal a temática do idoso em outros órgãos governamentais.	1
Aumento das oportunidades de capacitação e mobilização das pessoas idosas.	1
Publicidade ao trabalho do conselho.	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre as sugestões de melhoria, o aspecto mais mencionado foi a necessidade de ampliar ou incentivar a participação de alguns segmentos dentro do conselho (cinco menções), notadamente o poder público. Em seguida, observa-se a sugestão de que se aperfeiçoe o processo das reuniões e as questões administrativas necessárias para o seu andamento (quatro menções). Nesse caso, faz-se referência à necessidade de que as reuniões sejam mais frequentes, de que sua logística seja mais bem pensada – em termos de otimização física e recursos para sua realização – e de que o trabalho das comissões seja otimizado. Mencionou-se também que o aumento do quadro de funcionários da secretaria executiva poderia contribuir para o melhor andamento das reuniões e dos processos do conselho. O terceiro aspecto mencionado foi a importância de ampliar a articulação entre o CNDI e outros conselhos de idosos nos três níveis da federação, assim como com outros conselhos nacionais (três menções).

Entre as demais sugestões levantadas, observa-se a necessidade de melhorar a relação com a SDH, de modo que esta confira maior importância às deliberações do CNDI e à atuação do conselho (duas menções); o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e divulgação do trabalho do conselho (duas menções); e a capacitação dos conselheiros, o que contribuiria para uma atuação ainda mais qualificada (duas menções). Além disso, obtiveram uma menção cada: trabalhar para tornar transversal a temática em outros órgãos governamentais, reduzindo a distância entre os conselheiros e outras esferas de gestão pública; aumentar as oportunidades de capacitação e mobilização das pessoas idosas; e aumentar a visibilidade do trabalho do conselho, melhorando sua publicidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE

A partir da sistematização das respostas dos conselheiros, foi possível traçar o perfil destes representantes, bem como verificar suas percepções acerca da forma de atuação, avaliação do trabalho do conselho e influência nas políticas públicas. Os principais resultados obtidos foram aqui apresentados, assim como alguns tópicos para debate e reflexão a respeito do funcionamento do conselho. Tais reflexões têm o intuito de auxiliar o conselho na busca conjunta de caminhos para a melhoria de seu processo decisório e para uma melhor articulação do CNDI com demais conselhos, instâncias governamentais e entidades da sociedade civil.³

Parece importante ressaltar o que foi considerado positivo pela maioria dos conselheiros e o que pode servir como exemplo de boas práticas, tanto para os conselhos estaduais e municipais vinculados à temática, como para os conselhos nacionais de outras áreas de política pública. Trata-se, também, dos aspectos que precisam ser aprimorados, segundo as respostas dadas pelos conselheiros.

Conforme apontado pelos próprios conselheiros, o CNDI exerce uma função importante para o aumento da visibilidade conferida à temática da promoção dos direitos dos idosos e para o incentivo ao protagonismo político de pessoas nesta faixa etária, assim como para o fortalecimento da democracia e do controle social. Corroboram para o bom funcionamento do conselho a atuação e o comprometimento dos conselheiros, bastante elogiada em geral.

Entre os aspectos bem avaliados pelos conselheiros está a composição do conselho, especialmente o número total de conselheiros, o número de cadeiras destinadas a cada segmento, a diversidade de setores representados e a forma de escolha das entidades que têm assento no CNDI. Comparativamente a estes fatores, no entanto, chama atenção que a avaliação da forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades seja um pouco menos positiva.

No que se refere à atuação dos conselheiros, um elemento interessante que transparece na análise é a alta frequência de contato com a base de apoio – quando existente – para

3. O período analisado nesta pesquisa, aos quais os conselheiros se reportam em suas respostas, corresponde ao anterior a 27 de agosto de 2010, quando os questionários foram aplicados.

diferentes finalidades. Com relação à satisfação com a atuação dos diferentes segmentos, observa-se uma avaliação bastante satisfatória no geral, embora opiniões negativas tenham aparecido nos casos de organizações de trabalhadores; organizações de cultura, lazer, esporte ou turismo; e do poder público. Padrão semelhante foi observado na avaliação do grau de articulação entre os conselheiros e os diversos segmentos.

Outros aspectos relevantes avaliados de maneira satisfatória foram componentes da estrutura administrativa e organizacional do conselho, especificamente a secretaria executiva, a presidência do conselho, as plenárias e as comissões. Ainda no que se refere a este aspecto, no entanto, é importante notar que os meios de comunicação – interna e externa ao conselho – e de divulgação de seu trabalho foram avaliados como pouco satisfatórios.

Entre os aspectos que obtiveram avaliações sobretudo negativas, observam-se principalmente questões referentes à influência do CNDI sobre decisões tomadas em outras instâncias, notadamente sobre a agenda do Congresso Nacional e sobre outros ministérios. O impacto sobre a opinião pública e sobre as ações da sociedade civil também foram avaliados como pouco satisfatórios.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo conselho, aspectos indicados por seus membros incluem questões ligadas ao processo das reuniões, como a pouca antecedência de disponibilização dos subsídios para discussão, o pouco tempo para debate durante os encontros e a pouca frequência com que estes ocorrem na opinião de alguns. Também chama atenção o fato de vários conselheiros acreditarem que existe uma baixa prioridade política conferida ao CNDI por parte da Secretaria Geral da Presidência da República. Finalmente, outro aspecto relevante é a percepção de que existe uma baixa participação dos conselheiros do poder público, cuja atuação deixaria a desejar.

Os conselheiros foram questionados sobre sugestões de melhoria ao processo participativo dentro do CNDI, podendo escrever livremente sobre o assunto. A estas sugestões, adicionam-se alguns tópicos que parecem necessitar maior reflexão quanto ao processo do conselho e à sua atuação. Sugere-se que o conselho aprofunde o debate sobre estas questões, na medida em que estas têm o potencial de aperfeiçoar o processo decisório do CNDI, e podem vir a ser temas importantes para futuros estudos. São listadas a seguir.

1) *Aperfeiçoamento das reuniões e questões administrativas e otimização do trabalho do conselho.*

As reuniões são mais produtivas quando os conselheiros recebem a pauta e o material de estudo com antecedência, pois estes precisam reservar um tempo em suas agendas para estudar os temas que serão discutidos nas reuniões do conselho. Muitos conselheiros apontaram a necessidade de ampliar o tempo de discussão, permitindo que os temas de pauta sejam mais bem trabalhados.

2) *Buscar mecanismos de incentivo a uma maior participação de certos segmentos.*

Ficou claro na análise dos dados a cobrança de uma atuação mais presente e compromissada dos conselheiros de alguns segmentos, notadamente os do poder

público. Buscar estratégias que incentivem uma participação ampliada destes representantes é importante para que haja um debate mais plural e mesmo para o encaminhamento de decisões do conselho.

3) *Ampliar a articulação com outros conselhos nos diferentes níveis da federação.*

A prática do controle social e a proposição de políticas públicas num país com as dimensões do Brasil requerem uma rede de relacionamento bem estruturada entre as instituições que se propõem a realizar este trabalho. Logo, é importante construir uma estratégia para fortalecer o contato com os conselhos nacionais de políticas públicas das diversas áreas a fim de tratar conjuntamente temas transversais e trocar experiências construtivas. A relação com os conselhos estaduais e municipais de idosos também requer planejamento e monitoramento constante, além de uma atuação que congregue e oriente os diversos conselhos subnacionais. Esta interação pode ser fortalecida com o auxílio das novas tecnologias de comunicação e informação, tais como videoconferências e redes sociais, que podem possibilitar uma comunicação constante entre os conselhos.

4) *Melhorar os meios de comunicação e divulgação do trabalho do conselho.*

No mesmo sentido da proposição anterior, a comunicação e a difusão do trabalho do conselho são fundamentais para a interação com segmentos que atuam no âmbito das políticas de promoção dos direitos dos idosos, bem como para sensibilização da sociedade quanto ao tema. Além disso, fomentar o diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil ligados à temática é vital para a efetividade do trabalho.

5) *Aperfeiçoar a articulação do CNDI com outros órgãos governamentais, com o Congresso Nacional e com a SDH/PR.*

A análise dos dados evidencia uma necessidade de maior diálogo e articulação com outras instâncias governamentais para que o trabalho realizado pelo CNDI seja levado em conta e impacte as políticas e decisões que são tomadas nestes espaços. Nesse contexto, fortalecer a relação com a Secretaria de Direitos Humanos e com a Secretaria Geral da Presidência da República é um passo importante para o reconhecimento, a visibilidade e a efetividade do conselho.

Por fim, ressalte-se que tópicos para debate aqui apresentados serão aprofundados na segunda etapa da pesquisa, que irá analisar, de forma conjunta, as informações obtidas neste e nos demais relatórios (relativos ao conjunto dos 21 conselhos e três comissões nacionais analisadas). O Ipea agradece a colaboração dos conselheiros nesta primeira etapa e aceita sugestões para a continuação do trabalho, na tentativa de contribuir com o fortalecimento da democracia, do controle social e da participação da sociedade nas políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. **Resolução nº 15, de 21 de junho de 2008**. Dispõe a aprovação do Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Brasília: SDH/PR, 2008.

_____. Congresso Nacional. **A mulher na Câmara dos Deputados**. 2011a. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheresnoparlamento/bancada-feminina>>. Acesso em: 8 ago. de 2011.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Portaria nº 1.485, de 21 de julho de 2011**. 2011b. <<http://www.direitoshumanos.gov.br/conselho/idoso/composicao>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, v. 3, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil**: 2000. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Características étnico-raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2011.

_____. **Comentários à pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de Indicadores 2009. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/default.shtm>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

_____. **Síntese de indicadores sócias**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010a. Disponível em: <http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaovida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2011.

_____. **POF 2008/2009 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**. 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1>. Acesso em: 8 de ago. 2011.

MENDES, M. R. S. S. B. *et al.* **A situação social do idoso no Brasil**: uma breve consideração. **Acta Paul Enferm**, v. 18, n. 4, 2005, p. 422-6.

SCHWARTZMAN, S. **Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil**. 1998. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>>. Acesso em: 8 agosto 2011.

SILVA, M. C. **O processo de envelhecimento no Brasil**: desafios e perspectivas. **Textos Envelhecimento**, v. 8, n. 1, p. 43-60, 2005. Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282005000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 17 nov. 2011.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, p. 139-190, 2006.

ANEXO A

Observação para facilitar o preenchimento:

Setor – considere o termo “setor” como sendo aquele estabelecido para fins de composição deste conselho: representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Base de apoio – considere como “base de apoio” o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

BLOCO I – CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)**1) Sexo:**1. Masculino2. Feminino**2) Cor/raça (marque apenas uma alternativa):**1. branca2. preta3. amarela4. parda5. indígena**3) Escolaridade:**1. Ensino fundamental2. Ensino médio3. Superior incompleto4. Superior completo5. Especialização6. Mestrado incompleto7. Mestrado completo8. Doutorado incompleto9. Doutorado completo**4) Qual sua religião ou culto?** _____
_____**5) Faixa Etária:**1. até 20 anos2. de 21 a 30 anos3. de 31 a 40 anos4. de 41 a 60 anos5. mais de 60 anos**6) Renda Familiar Mensal (Média)**1. Abaixo de R\$ 500,002. De R\$ 500,00 até 1.500,003. De R\$ 1.501,00 até 2.500,004. De R\$ 2.501,00 até 4.000,005. De R\$ 4.001,00 a 8.000,006. De R\$ 8.001,00 a 12.000,007. Acima de R\$ 12.001,008. Não sabe**7) Município/UF de residência:** _____
_____**8) Situação no Conselho**1. Titular2. Suplente3. Não sabe4. Outros

8.1) Nome da Organização que representa no Conselho: _____

9) Setor de representação a que pertence:

1. Poder público 2. Sociedade Civil

10) Há quanto tempo é conselheiro(a) deste Conselho? (tempo efetivo de exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado).

1. Menos de 1 ano 2. De 1 a 3 anos 3. De 4 a 6 anos
4. De 7 a 10 anos 5. Mais de 10 anos 6. Não sabe/não se aplica

11) No seu período neste conselho, já representou outros setores?

1. Não.
2. Sim. **Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):**
 Poder público Sociedade Civil

12) Além deste Conselho, você é ou foi conselheiro(a) de outros Conselhos nacionais, estaduais ou municipais de políticas públicas?

1. Não
2. Sim, mas atualmente sou conselheiro(a) apenas deste conselho
3. Sim. Sou conselheiro(a) de outros conselhos.

12.1) Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):

1. Conselhos nacionais
2. Conselhos estaduais
3. Conselhos municipais / locais

BLOCO II – ATUAÇÃO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS)

13) Como você considera a composição do conselho em relação a cada um dos itens abaixo?

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco Satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Número total de conselheiros(as)	<input type="checkbox"/>				
2. Diversidade de setores representados	<input type="checkbox"/>				
3. Número de conselheiros em cada setor	<input type="checkbox"/>				
4. Forma de escolha das entidades com assento no conselho	<input type="checkbox"/>				
5. Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades	<input type="checkbox"/>				

14) Na sua atuação no Conselho, que interesses você defende prioritariamente?

Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um “X” sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
1. Nenhum interesse específico sigo apenas as minhas convicções pessoais	()	()	()
2. Interesses da minha instituição	()	()	()
3. Interesses do meu setor	()	()	()
4. Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos	()	()	()
5. Interesses de toda a coletividade	()	()	()
6. Não sabe	()	()	()
7. Outros _____	()	()	()

15) Avalie o seu grau de articulação com os demais setores do conselho, segundo a tabela abaixo (marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/ não se aplica
1. Poder público	()	()	()	()	()
2. Sociedade civil	()	()	()	()	()

16) No exercício do seu mandato como conselheiro(a) você tem alguma base de apoio?

1. () Sim. Qual(is) _____
2. () Não
3. () Não sabe

17) Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?

1. () Não tenho base de apoio
2. () Nunca
3. () Raramente
4. () Às vezes
5. () Com frequência
6. () Sempre
7. () Não sabe

18) Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio (marque as 3 principais)?

1. () Não tenho base de apoio
2. () Telefonema
3. () E-mail / lista de discussão
4. () Reuniões presenciais
5. () Conversas pessoais
6. () Orkut, Facebook, Twitter e afins
7. () Home-page institucional
8. () Carta/Ofício
9. () Fax
10. () Mensagem (torpedo/SMS)
11. () Não sabe
12. () Outra: _____

23) A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros?

1. Não 2. Sim, parcialmente 3. Sim, plenamente

24) Em geral, como você avalia o papel dos setores abaixo na atuação do Conselho (marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor)?

	Ajuda bastante	Ajuda	Não ajuda nem atrapalha	Atrapalha	Atrapalha bastante	Não sabe/ não se aplica
1. Poder público	<input type="checkbox"/>					
2. Sociedade civil	<input type="checkbox"/>					

25) Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais do Conselho (marque com um "X" a coluna correspondente a cada setor/segmento):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/ não se aplica
1. Secretaria Executiva	<input type="checkbox"/>				
2. Meios de comunicação e divulgação (informes, página eletrônica, publicações)	<input type="checkbox"/>				
3. Regimento interno e Resoluções	<input type="checkbox"/>				
4. Presidência	<input type="checkbox"/>				
5. Plenária	<input type="checkbox"/>				
6. Comissões Temáticas	<input type="checkbox"/>				

26) Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo Conselho (marque no máximo 3 alternativas)?

1. Pouco tempo de discussão nas reuniões
2. Reuniões muito esparsas
3. Excesso de reuniões
4. Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência
5. Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)
6. Questões políticas alheias à agenda do Conselho
7. Excesso de burocracia
8. Divergência nas opiniões dos conselheiros
9. Baixa prioridade política por parte da Secretaria Geral da Presidência da República
10. Limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros
11. O mandato de conselheiro(a) não é remunerado pelo governo
12. Outras _____

27) Quais os principais pontos fortes na atuação do Conselho?

28) O que poderia ser feito para melhorar a atuação do Conselho?

Muito Obrigado!

29) Espaço destinado para considerações adicionais bem como críticas e sugestões sobre este questionário.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Laetícia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Andrey Tomimatsu

Bernar José Vieira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Leonardo Hideki Higa (estagiário)

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria do Ipea

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA